



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 034

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE ABRIL DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 034

31ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli 12

Dep. Douglas Fabrício 16

Dep. Elton Welter 18

Dep. Antonio Belinati 19

Dep. Ademar Traiano 20

Dep. Pastor Edson Praczyk 22

Grande Expediente:

Dep. Stephanes Júnior 24

Dep. Jonas Guimarães 25

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 13

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 15

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 17

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 20

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 21

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 23

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 27

Liderança do PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 28

Liderança da Oposição

Dep. Marcelo Rangel 29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 31

Discussão/Votação

Redação Final 32

3ª Discussão 32

2ª Discussão 32

1ª Discussão 32

Requerimentos 37

Encerramento da Sessão 37

Transcrições 38

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 41

Diretoria Geral

Portarias 43

DIÁRIO Nº 034

31ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 ABRIL DE 2009**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk,

Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Lemos, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Elio Rusch, Luiz Eduardo Cheida, Plauto Miró e Reni Pereira (05).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus, Luiz Fernandes Litro e Osmar Bertoldi (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 629/09-OPD/GP do Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das primeiras peças do Processo nº 390974/06-TC, referente à Impugnação de Despesas da Universidade Estadual de Londrina - UEL, exercícios de 2004 e 2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 958/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando informações prestadas pela Secretaria de Estado da Saúde a respeito da Indicação Legislativa nº 946 de autoria do Deputado Dr. Batista. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 1041, 1043 e 1044/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Leis nºs 020/09, 519/08 e 524/08 de autoria dos Deputados Osmar Bertoldi, Cleiton Kielse e Teruo Kato, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício Circular/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF/Nº 16 do Sr. Fernando Antonio Brandão - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, comunicando a transparência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Governo do Estado do Paraná, no valor de R\$ 85.683,57, referente ao Programa Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGDE). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício INCRA/SR(09)G/Nº 763 da Sra. Irene Coelho de Souza Lobo - Superintendente Regional - Substituta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, comunicando convênio entre o INCRA/PR e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), sendo também partícipes a Universidade Estadual de Londrina (UEL), como executora, a Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e o Governo do Estado do Paraná, como intervenientes. Informa também a transferência de R\$ 21.394,40 na conta convênio INCRA-UNIOESTE-QUILOMBO, Caixa Econômica Federal, referente à parte da primeira parcela do INCRA-PR, programa conforme cronograma de desembolso. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CGSAU 059/09 da Sra. Raquel de Andrade Lima Coelho - Coordenadora Geral do Programa de Pesquisa em Saúde do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, comunicando a celebração de convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná - FAADCT, no valor de R\$ 6.000.000,00. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 183/2009/GOVESTADO DO PR do Sr. João Carlos J. Mendes - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, no valor de R\$ 227.802,80, nas contas vinculadas aos contratos de repasse, firmados com o Estado do Paraná, nos programas sob gestão do MCidades, com o objeto a Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais junto aos Programas FNHIS - Habitação de Interesse Social. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 026/09

Curitiba, em 14/04/09.

Senhor Presidente:

Venho através do presente, na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança, solicitar a mudança de horário e data da Audiência Pública sobre Segurança, do dia 12 de maio para 13 de maio as 10h, no Plenário Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

Na oportunidade, apresento protestos de agradecimento e consideração.

(a) MAURO MORAES

Indicações

INDICAÇÃO N° 378/09

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de construção de viaduto na PR-323 - final da avenida Maranhão no trevo de acesso a São Lourenço - em Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de construção de viaduto na PR- 323 - final da avenida Maranhão no trevo de acesso a São Lourenço - em Cianorte.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um trevo onde ocorrem inúmeros acidentes. O último, ocorrido no dia 29 de março, deixou cinco mortos da mesma família. Necessário, portanto, a construção de viaduto neste trevo para acabar com os acidentes que vem ocorrendo constantemente.

INDICAÇÃO N° 379/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Almirante Tamandaré.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - Que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO N° 380/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Araucária.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - Que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Araucária.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO N° 381/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Agudos do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - Que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO N° 382/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para cada uma das nove regionais do Município de Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - Que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para cada uma das nove regionais do Município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos cidadãos curitibanos, que terão a seu dispor um equipamento cultural que promove a democratização do conhecimento, pelo acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros. O local estimula, ainda, a valorização cultural da região - com artistas locais que pintam um painel na entrada principal.

INDICAÇÃO N° 383/09

SÚMULA:

Sugere ao Governador e ao Secretário de Estado da Saúde a doação de uma ambulância para o Hospital Universitário de Maringá.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado e ao

Secretário de Estado da Saúde, sugerindo aos mesmos a doação de uma ambulância para o Hospital Universitário de Maringá.

O Complexo Hospitalar da Universidade Estadual de Maringá - HUM, atende 100% SUS, atingindo população de mais de um milhão de habitantes, compreendendo 30 Municípios vinculados à 15ª Regional de Saúde. Em algumas situações de emergência atende até pacientes de outros Estados.

Atualmente o HU só possui uma ambulância para transportar pacientes, adquirida em 1995. Há mais de 13 anos.

Trata-se de situação insustentável que só traz prejuízos ao atendimento para a população. É urgente a disposição de uma ambulância para o referido Hospital Universitário.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 384/09

SÚMULA:

Sugere à Secretaria de Desenvolvimento Urbano a aquisição de caminhão de lixo para o Município de Flórida.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, sugerindo ao mesmo a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Flórida, conforme reivindicação daquela comunidade subscrita pela Prefeita em correspondência.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) CIDA BORGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1617

Senhor Presidente:

A Comissão da Agricultura, cujos componentes subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER ao Presidente desta Casa, depois de ouvido o duto Plenário, autorização para a realização de Audiências Públicas sobre Legislação Ambiental em alguns Municípios do Paraná.

As Audiências Públicas denominadas Legislação Ambiental e Agricultura: Procedimentos e Alternativas serão realizadas nos seguintes Municípios e datas, podendo ainda haver alguma alteração:

- Prudentópolis - 24/04/09,
- Francisco Beltrão - 30/04/09,
- Pitanga - 07/05/09,
- Toledo - 08/05/09,
- São Mateus do Sul - 15/05/09,
- Ibaiti - 22/05/09.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, DUÍLIO GENARI, ARTAGÃO JÚNIOR, RIBAS CARLI FILHO E PEDRO IVO.

REQUERIMENTO Nº 1598

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 146/09, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 1614

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento dos Projetos de Lei nºs 152/09 e 156/09, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 1615

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais conforme artigo 131, parágrafo 3º, inciso VIII, e após ouvido o duto Plenário, e tendo em vista a o desrespeito às normas constitucionais que condicionam a construção de Centrais Hidrelétricas no Estado, REQUER o encaminhamento de representação ao Ministério Público Federal em Londrina para que, na condição de defensor da ordem jurídica, faça valer as disposições constitucionais e legais erigidas em proteção ao meio ambiente.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoiamento:

Duílio Genari, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Stephanes Júnior e Douglas Fabrício.

REQUERIMENTO Nº 1588

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados voto de congratulações, pelo 13º Aniversário de Emancipação Político-Administrativo do Município de Espigão Alto do Iguaçu, comemorando no dia 18/04/09.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Exmo. Sr. Osstap Andreiv, DD. Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O aniversário do Município de Espigão Alto do Iguaçu tem que ser registrado sob o signo da emoção ao lado do reconhecimento por tudo o que ele representa para o nosso Estado.

Naturalmente, enfrentou todas as dificuldades que um Município jovem enfrenta. Mas, o trabalho sério e honesto de homens e mulheres, que mesmo em tempos difíceis depositavam neste chão as esperanças de dias melhores, foram decisivos para que Espigão Alto do Iguaçu se tornasse um Município pujante.

Assim, nada mais justo que nos aliar a esta data festiva comemorada pela população. Afinal, eu como Deputado Estadual, fui autor do projeto de lei que emancipou Espigão Alto do Iguaçu.

Diante disso, parabenizamos o Município pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO Nº 1589

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados voto de congratulações, pelo 130º Aniversário de Emancipação Político-Administrativo do Município de Palmas, comemorado no dia 14/04/09.

Requer ainda, que seja dada ciência a Exma. Sra. Joana D'Arc, DD. Prefeita Municipal em exercício, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Do primeiro desbravador até os dias atuais, muito tempo já se passou nesta história de conquistas de um município pujante que engrandece e orgulha a todos os paranaenses. Foi nesta Cidade que a história do Sudoeste do Paraná começou a ser escrita.

Foi em Palmas que nasceu o ensino superior da região. O Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná atrai acadêmicos de várias Cidades da região.

O parque madeireiro é um dos sustentáculos da economia municipal. Palmas é o maior produtor de compensados de pinus e de maçã do Paraná. A Associação Brasileira de Criadores de Caracu possui sede neste Município. Seus ventos gelados e o seu campo aberto a tornam a Cidade mais fria do Estado. E esses bons ventos geram energia através das usinas eólicas. o que contribui ainda mais para o desenvolvimento da região.

Mãe do Sudoeste, hoje, Palmas, é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população. Palmas completa 130 anos de emancipação político-administrativo, uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta Cidade.

Diante disso, parabenizamos Palmas pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO Nº 1591

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à população do Município de Bocaiúva do Sul, através de sua Prefeita Sra. Lucimeri de Fatima Santos Franco, pelas comemorações de seu 138º aniversário no dia 12 de abril do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência do mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1599

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata desta Sessão moção de aplauso à Viação Garcia pela comemoração dos 74 anos de existência. Como bem lembrado no site da empresa, "Da "Catita" - apelido carinhoso do primeiro veículo - até o moderno e confortável Leito-Cama, a história da evolução do ônibus no Brasil está contada na frota da Viação Garcia, conservada até hoje em sua garagem". Atualmente cerca de 2 mil e 500 funcionários trabalham em um parque rodante com mais de 500 ônibus, não só o Paraná, mas também os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul são ligados pelas rotas da empresa.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia a Viação Garcia por ocasião dos seus 74 anos de fundação, destacando sua trajetória de sucesso e o fato de ter-se tornado instituição que orgulha todos os paranaenses.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento aos diretores gerais da Viação Garcia, Srs. José Paulo Garcia Pedriali e Gustavo Garcia Cid na sede dessa entidade.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1600

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulações ao Município de Porto Rico pela celebração dos 45 anos de sua emancipação no próximo dia 21 de abril. Pólo de turismo e de pesca, o Município de Porto Rico tem no rio Paraná o seu referencial natural. Com uma extensão de 1 mil e 500m de largura, ao longo do curso desse rio formam-se lindas praias naturais. Em agosto celebra-se a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, uma das principais festas do Município.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Município de Porto Rico, destacando o fato de ter-se tornado centro de referência nas áreas acima referidas e motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de Porto Rico, Walter Romão de Oliveira, na Prefeitura.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1604

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Luís Roberto Barroso.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luís Roberto Barroso, doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, professor titular de Direito Constitucional dos cursos de graduação da UERJ e da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, membro da Comissão Permanente de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados Brasileiros que lançou seu livro intitulado Curso de Direito Constitucional Contemporâneo, uma introdução à Teoria da Constituição e ao Direito Constitucional, tratando dos conceitos fundamentais do Direito Constitucional Brasileiro, da construção de um novo modelo e das principais transformações ocorridas nos últimos anos.

REQUERIMENTO Nº 1605

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Camerata Antiqua de Curitiba pelos 35 anos.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Camerata Antiqua de Curitiba pelos 35 anos de fundação, que recebe a vinda do maestro Wagner Polistchuck para assumir a direção artística do grupo, que conta atualmente com 17 instrumentistas e 16 cantores, que foram dirigidos por importantes regentes convidados durante sua história, realizando um trabalho que tem se destacado dentro e fora do país, elevando desta forma, o nome desta Camerata, bem como de seus integrantes e da Cidade de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 1594

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício à Exma. Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, DD. Secretária de Estado da Cultura, solicitando a implantação de uma Biblioteca Cidadã, no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A implantação de uma Biblioteca Cidadã, em Santa Terezinha de Itaipu, é de suma importância para aquela comunidade, tendo em vista o grande número de alunos que necessitam de um local adequado para realização de pesquisas estudantis, auxiliando dessa forma no desenvolvimento de suas atividades escolares, bem como proporcionado a toda aquela população acesso à internet, levando informações, cultura e entretenimento.

REQUERIMENTO Nº 1584

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, e ao Sr. Luiz Forte Neto, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para que sejam tomadas providências no sentido de reforma e construção de um miniestádio, no Centro Municipal de Eventos no Município de Marquinho.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Município de Marquinho necessita da reforma e construção de um miniestádio Ivo Joseph no Centro Municipal de Eventos.

Para reforma e construção do miniestádio é necessário a aquisição de iluminação e de uma arquibancada.

Eis que fazemos este apelo para que os moradores daquele Município e Região possam usufruir deste benefício, visando o entretenimento, esporte e lazer.

REQUERIMENTO Nº 1585

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, e ao Sr. Luiz Forte Neto, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para que sejam tomadas providências no sentido de construir duas pistas de bocha cobertas, com arquibancada.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Município de Marquinho necessita da construção de duas pistas de bocha, de forma que haja maior integração entre os membros desta comunidade.

Estas pistas deveram ser cobertas, sendo uma de areia e outra de acrílico, com medidas de 4x24m, cada uma, com arquibancada. Situadas ao lado do Ginásio de Esportes João Carlos Baptistel.

Junto à construção destas pistas, ainda requer que sejam feitas as seguintes aquisições: lanchonete, cozinha, churrasqueiras, espaço para mesas cobertas. E ainda, mesas e cadeiras de concreto com tabuleiros de xadrez ao ar livre.

Eis que fazemos este apelo para que os moradores daquele Município e região possam usufruir deste benefício, visando a qualidade de vida, esporte e lazer.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

REQUERIMENTO Nº 1586

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto

Requião, Governador do Estado do Paraná, e ao Sr. Luiz Forte Neto, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para que sejam tomadas providências no sentido de reforma do Parque de Eventos que se encontra no Centro Municipal de Eventos.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Município de Marquinho necessita da reforma do Parque de Eventos, que se comemora no Centro Municipal de Eventos.

Este parque necessita das seguintes melhorias:

- Areia para pista de laço, que mede 158x35m, colocando uma quantidade que fique entre 12 a 15 cm de altura do chão, banheiros, iluminação, água potável, pista de leilão - parque de arremate.

Eis que fazemos este apelo para que os moradores daquele Município e região possam usufruir deste benefício, visando o entretenimento e o lazer.

REQUERIMENTO Nº 1587

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, e ao Sr. Luiz Forte Neto, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para que sejam tomadas providências no sentido de reforma de duas quadras de esportes, sendo uma poliesportiva e outra de areia.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Município de Marquinho necessita de reforma de duas quadras de esportes, de forma que haja maior integração entre os membros desta comunidade.

Na quadra poliesportiva, se faz necessários recursos para revestir o piso com material emborrachado de 4mm, sendo sua metragem de 20x38m. Ainda requer reforma da cobertura, iluminação, bem como, banheiros, vestiários e pintura do ginásio de esportes como um todo.

Na quadra de areia, são necessário à aquisição de areia, alambrado e iluminação, sendo sua medida de 22x35m.

Estas quadras estão localizadas no Ginásio de Esportes João Carlos Baptistel.

Eis que fazemos este apelo para que os moradores daquele Município e região possam usufruir deste benefício, visando a qualidade de vida, esporte e lazer.

REQUERIMENTO Nº 1608

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Luiz Forte Neto, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, autoridade acima citada, solicitando recursos financeiros para a aquisição de um caminhão coletor de

lixo, considerando a necessidade urgente do Município de Flórida na realização da coleta bem como melhorar as condições daqueles que trabalham no serviço de limpeza pública.

A Prefeitura Municipal pretende solucionar esse problema dentro do mais breve espaço de tempo possível, razões que me levam a solicitar que o atendimento seja feito dentro de menor espaço de tempo possível.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1610

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à autoridade acima citada, solicitando a realização de estudos no sentido de propor ao Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN visando solucionar o problema atual para expedição e renovação da Carteira Nacional de Habilitação - CNH para os estrangeiros de origem japonesa.

Para isso exponho as seguintes razões:

a) O Japão não participou da convenção de Viena quando na ocasião foram discutidas e aprovadas as normas para expedição e renovação da CNH para estrangeiros nos países convencionados;

b) Hoje, os japoneses que vêm para o Brasil se ressentem da situação constrangedora de ter que se submeter à todos os testes convencionais para tirarem ou renovarem as suas carteiras, uma vez que sentem enormes dificuldades no domínio da língua portuguesa e dos hábitos e costumes brasileiros;

c) Desta forma, como o Paraná tem a segunda Colônia Japonesa do Brasil (aproximadamente 150 mil japoneses e descendentes) e tem ligações estreitas com a província de Hyogo, co-irmã do Paraná; e com as Cidades de Himeji co-irmã de Curitiba; Kakogawa co-irmã de Maringá e Nishinomya co-irmã de Londrina e Awaji co-irmã de Paranaguá o traz um número incontável de japoneses mensalmente em nosso Estado;

d) Além disso o Paraná possui várias empresas japonesas ou de capital japonês como: Denso, Furukawa, Sysmex do Brasil, Fujimura do Brasil, Harima, Yazaki, Nissan e outras o que traz diariamente centenas de empresários, diretores e altos funcionários que necessitam de tirar ou renovar a Carteira de Habilitação Nacional brasileira.

Como se pode observar existe um relacionamento direto e muito importante entre o nosso Estado com os japoneses e descendentes que estão constantemente entre nós tratando de assuntos comerciais e mesmo como turistas.

Todos estão sempre precisando da CNH brasileira e estão encontrando dificuldades no domínio da nossa língua para prestar os exames exigidos para os países que não participaram da Convenção de Viena.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1616

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER com base no artigo 131 parágrafo 3º IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, envio de expediente ao Secretário Estadual dos Transportes solicitando providências para a construção de um trevo de acesso à Cidade de Marilândia do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A construção do trevo de acesso à Cidade de Marilândia do Sul é de suma importância para a segurança da população, estimada hoje em 9 mil e 123 habitantes.

Assim, em atendimento aos pedidos dos munícipes de Marilândia do Sul, e em cumprimento com as obrigações parlamentares a mim incumbidas, justifico o pedido acima mencionado.

REQUERIMENTO Nº 1592

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário a inserção nos Anais da Assembleia Legislativa do Paraná, da matéria Hepatite Epidemia B, ocupante das páginas 53, 54 e 55 da Revista Bem Público, edição número 23, período dezembro/08 a janeiro/09 e o seu envio ao Ministério da Saúde do Governo Federal, para urgentes e sólidas providências.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Revista Bem Público, uma das mais conceituadas e importantes dentre as publicações congêneres atuais em todo o Paraná, assinada pelo dinâmico e inteligente jornalista Mário Milani, traz nas páginas 53, 54 e 55 do seu número 23, edição de dezembro e janeiro, importante texto de responsabilidade do Presidente do Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite, o Sr. Carlos Varaldo.

Tão grave o assunto abordado com o título Hepatite Epidemia B, que conclui pela oportunidade da sua transcrição nos registros dos trabalhos desta nossa Casa.

E o faço justamente para que tenhamos sempre à mão, esta sucinta revelação como motivador das ações que haverão de ser desenvolvidas pelo Poder Público, para uma urgentíssima tomada de providências para a efetiva erradicação da doença que se revela como epidêmica.

Varaldo conta que a Hepatite B atinge 350 milhões de pessoas no mundo, dos quais, 2 milhões de brasileiros, conforme dados da Organização Mundial da Saúde.

Ainda no primeiro parágrafo da reportagem, ele assinala que: “A doença já virou epidemia e se alastra com uma rapidez impressionante, sendo considerada atualmente uma das maiores viremias crônicas da humanidade. Seus números se tornaram tão expressivos quanto o

desconhecimento em relação à doença, pois a maioria das pessoas nem sabe que esta infectada”. E na sequência explica, que a Hepatite B é uma doença sexualmente transmissível, mas o seu vírus chega a ser 100 vezes mais infeccioso do que o da AIDS e o número de infectados no mundo oito vezes maior em relação à AIDS. Mais adiante cobra o desinteresse das autoridades: apenas um em cada 800 infectados recebe tratamento no Brasil pelo Sistema Único de Saúde, o SUS, enquanto a relação para o HIV é de um em cada três infectados.

O dirigente do Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite estranha que os programas ligados à AIDS e à Hepatite B não receba a mesma atenção governamental já que as formas de contágio são as mesmas e o infectologista que trata de uma doença está apto a tratar da outra e, portanto, deveriam estar juntas no mesmo sistema de programa e tratamento e finalmente, Varaldo indaga o porquê da censura das informações da doença à população.

Daí, a nossa preocupação na transcrição do alerta de Carlos Varaldo nos Anais da Assembleia Legislativa paranaense e o envio do documento requerendo urgentíssimas providências por parte do Ministério da Saúde do Governo Federal.

REQUERIMENTO Nº 1607

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, a transcrição nos Anais dos trabalhos da presente Sessão do 1º Fórum Regional sobre Segurança Pública dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu ocorrido em 26/03/09.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) ADEMIR BIER

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 157/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Cria projeto para remuneração dos produtores rurais aderentes à prática da recuperação e preservação de minas e nascentes de água.

Art. 2º Autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar o Fundo Especial para Remuneração pela Recuperação e Preservação de Minas e Nascentes de Água.

Art. 3º O Fundo será constituído de percentagem da arrecadação dos recursos obtidos com as cobranças de outorga de uso da água e das multas pecuniárias infringidas pelos órgãos vinculados à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a SEMA, como a Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, a SUDERHSA e o Instituto Ambiental do Paraná, o IAP.

§ 1º O Governo do Estado do Paraná designará como entidades gestoras do Fundo, as Secretarias de Estado do Meio Ambiente e da Agricultura e do Abastecimento que indicarão técnicos dos seus quadros para a sua composição.

§ 2º As percentagem de que trata este artigo 3º, será estabelecida mediante cálculo realizado pela entidade gestora do fundo, cálculo que poderá ser composto de itens como vazão d'água, área cercada e outros.

§ 3º A entidade gerenciadora do fundo, entre outras atribuições, gestionará junto a entidades públicas ou privadas, mais organizações não governamentais a celebração de convênios cujos objetivos resultem na execução de atividades custeadas pelo mesmo.

Art. 4º O montante arrecadado será destinado ao pagamento mensal a proprietários (as) rurais, pelo trabalho de recuperação e/ou preservação de minas e nascentes de água, dentro das suas posses fundiárias e que não poderá ser inferior 1 (um) salário-mínimo regional.

Art. 5º O cadastramento dos proprietários interessados nos benefícios do fundo objeto da presente lei, deverá ser feito nas respectivas Prefeituras, após vistoria de funcionário especialmente treinado e designado para a função.

Art. 6º A fiscalização do cumprimento do proposto pela presente lei, ficará a cargo da própria SUDERHSA, do IAP ou de entidade legalmente designada, ouvidos os Conselhos Gestores das Bacias Hidrográficas.

Art. 7º Fica estabelecido o prazo de quatro anos, a partir da data da publicação desta lei para a execução de todos os trabalhos dela decorrentes.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor após a sua regulamentação, na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Paraná através de órgãos afins, como a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e suas vinculadas, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e suas vinculadas, a Secretaria de Estado da Educação, mais entidades privadas e ambientalistas não governamentais, desenvolvem sérias e produtivas ações no sentido da recuperação da vida dos nossos rios, principalmente através de projetos de recuperação e preservação de matas ciliares.

No entanto, por se tratarem de ações cujos resultados demandam longos prazos, elaboramos o documento em apreço, como oferta de um novo elemento para o apressamento da tarefa da reparação dos males perpetrados pela colonização desregada e desorientada registrada no Paraná.

Para sensibilizar todo o colegiado componente desta Casa de Leis, Sras. e Srs. Deputados, lembro matérias exibidas no programa O Globo Rural, nos dias 12/10/08 e 08 de janeiro passado, mostrando o sucesso do projeto desenvolvido na Cidade mineira de Extrema, na divisa com o Estado de São Paulo e que consiste justamente no pagamento do trabalho desenvolvido pelos sitiantes e fazendeiros de lá, para conservação das nascentes existentes em suas propriedades, e que são responsáveis pelo enchimento com água pura do maior completo de abastecimento de água da Cidade de São Paulo, o Sistema da Cantareira.

As matérias mostram ainda como Nova Iorque, valendo-se do mesmo processo, economizou milhões de dólares com a não construção de estação de tratamento de água, simplesmente pagando aos produtores rurais do seu entorno, pela preservação dos seus mananciais.

Conhecedor das questões ambientais que afligem principalmente o Noroeste paranaense impressionou-me com o sucesso que vem sendo obtido com o andamento do projeto "Conservador das Águas" na Cidade Portão do Sul mineiro que decidi conhecê-lo pessoalmente, o que fiz na sexta-feira passada, dia 03. Na Secretaria do Meio Ambiente de Extrema, assisti palestra proferida pelo técnico em Meio Ambiente, o coordenador de departamento Benedito Arlindo dos Santos e após a explanação subimos a Serra da Mantiqueira (Mantiqueira em Tupi-Guarani significa local onde nascem as águas) até a atitude de 1 mil e 700 metros acima do nível do mar, para conhecer as nascentes componentes da Bacia das Posses, a primeira bacia hidrográfica de Extrema trabalhada pelo projeto.

Lá, fui informado ainda da importante participação da organização The Nature Conservancy, a TNC, sediada aqui em Curitiba, no desenvolvimento do projeto - "Conservador das Águas". O técnico Benedito Arlindo dos Santos, informou-nos que a execução do projeto compreende o fornecimento de arame, mourão, grampos e mudas, prática desenvolvida pelo Instituto Estadual de Florestas, o nosso IAP; a recuperação de solos degradados, a cargo da Agência Nacional de Águas - ANA e finalmente, o pagamento de salários dos funcionários que é assumido pelo TCN. Observamos o quanto são importantes às participações da ANA - Agência Nacional de Águas, da TCN, da SABESP e de diversas empresas consumidoras ou dependentes da água como matérias-primas, papéis que poderão ser assumidos além das entidades já nominadas, mas a nossa SANEPAR, a Itaipu Binacional que já desenvolve a sua Água Boa, das nossas usinas sucroalcooleiras, frigoríficos, feculárias, avícolas, enfim, todas as organizações comerciais e industriais conscientizadas da importância da água para as suas próprias sobrevivências.

Recentemente, o conhecido ambientalista paranaense João Batista Beltrame, o 'Joba', ex-Prefeito da Cidade de Iguaçu e atualmente Secretário do Meio Ambiente da Cidade de Apucarana implantou projeto semelhante na Cidade Alta.

Ocorre ainda que a classe produtora rural, os seus representantes no Parlamento, nas cooperativas e nos sindicatos, discutem mudanças na atual legislação florestal quanto à imposição da destinação de 20% das suas posses para a constituição de reservas legais.

Alegam os proprietários rurais que estão sendo eles os penalizados pelos danos ambientais provocados no mundo inteiro, responsáveis pelas absurdas transformações climáticas ocorridas no planeta. E, com toda razão.

A lei proposta, Sras. e Srs. Deputados, traz para o nosso Estado uma fórmula compensatória de benefício ao meio ambiente já em execução aqui no Paraná com os programas Matas Ciliares e Corredores da Biodiversidade, no Município de Extrema e estadualiza o projeto desenvolvido em Araucária, desonerando antecipadamente as Prefeituras interessadas na ação em questão e realizando a justa paga da preservação de um bem comum.

A rigor, este nosso projeto, oferece a justa e necessária compensação financeira aos proprietários de áreas contempladas com a existência de nascentes d'água e que são obrigados a isolá-las em benefício de terceiros, de forma graciosa e com perda de ganho.

PROJETO DE LEI Nº 158/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Saúde São Lucas de Pato Branco - ISSAL, com sede e foro no Município de Pato Branco - Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Saúde São Lucas de Pato Branco - ISSAL é sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e educacional em saúde, assistencial, com os principais objetivos descritos:

- a) Promoção da assistência social;
- b) Promoção gratuita da educação em saúde através de treinamentos e cursos voltados à população em geral;
- c) Promoção da educação em saúde, através de treinamentos, cursos, atualização profissional, seminários, congressos, feiras e eventos voltados ao setor da saúde;
- d) Promoção da saúde, conforme legislação em vigor, observando-se a forma complementar de participação no Sistema de Saúde, das organizações de que trata a lei;

e) Promoção da segurança alimentar e nutricional, através, principalmente do incentivo ao aleitamento materno;

f) Desenvolver estudos, projetos e pesquisas na área de saúde, nutrição, medicina do trabalho e assistência social;

g) Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável principalmente no meio dos prestadores de serviços em saúde;

h) Promoção do voluntariado;

I) Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

j) Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

O Instituto de Saúde São Lucas de Pato Branco, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação para sua declaração de utilidade pública estadual, conforme se comprova com os documentos anexados. Pois, possui personalidade jurídica, demonstrado no estatuto, com certificado do registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Pato Branco, Estado do Paraná.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 159/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigado da Secretaria da Educação fornecer as carteiras de estudantes até o dia 1º de março de cada ano letivo.

Parágrafo Único. Até a data de 1º de março de cada ano os alunos poderão utilizar as carteiras estudantis do ano anterior.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de garantir, ao estudante da rede pública e privada do Estado do Paraná, o direito do uso da carteira estudantil que lhe garantirá o pagamento da meia-entrada nas praças esportivas e de lazer do nosso Estado.

Se a Secretaria de Educação não puder cumprir o prazo, o estudante poderá usar a carteira estudantil do ano anterior.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 160/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Santo Antonio do Passo Grande II do Município de Cândói/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Agricultores Santo Antonio do Passo Grande II tem como objetivo principal dar apoio a seus associados fornecendo-lhe condições de beneficiar seus produtos para posterior venda, bem como manter convênios com entidades onde estas possam de alguma forma fornecer produtos e equipamentos para uso dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 161/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Projeto Cultura para Todos - Sistema de Adoção de Bibliotecas e Equipamentos Culturais por Empresas com responsabilidade Social.

§ 1º Para os fins desta lei, entende-ser por:

1. adoção, o vínculo estabelecido entre a empresa e o equipamento cultural, que garantirá:

a) a proteção e otimização de seu acervo;

b) a introdução de novas tecnologias;

c) a manutenção das instalações prediais em perfeito estado em compatibilidade com o número de pessoas a ser atendido;

2. empresas com responsabilidade social, aquelas que, através do vínculo de adoção estabelecido, passarem a contribuir material ou financeiramente para a consecução dos objetivos elencados nas alíneas do item 1 deste parágrafo.

§ 2º A empresa poderá adotar um ou mais culturais, assim como eleger uma ou mais áreas de contribuição mencionadas nas alíneas do item 1 do parágrafo anterior, para estabelecer o vínculo da adoção.

§ 3º Todos os materiais adquiridos pela empresa adotante em benefício dos equipamentos culturais serão doados ao Estado do Paraná, passando a integrar o patrimônio público.

Art. 2º As empresas que aderirem ao projeto de que trata esta lei terão, durante a permanência da adesão, seus nomes afixados na entrada principal do equipamento cultural, com os seguintes dizeres: “A(s) empresa(s)... zela(m) pelo saber da comunidade.”

Art. 3º O Poder Público divulgará a relação dos equipamentos culturais passíveis de adoção, além dos respectivos editais de adesão.

Art. 4º Todo recurso decorrente da aplicação desta lei será direcionado para as finalidades do Projeto Cultura para Todos.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/04/09.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A matéria em exame cuida de instituir projeto que possibilite a proteção e otimização dos recursos existentes em equipamentos culturais do Estado, tais como bibliotecas, centros culturais, casas de cultura, museus, teatros, através da adoção por empresas com responsabilidade social, na forma detalhada na propositura.

Por maiores que sejam os recursos públicos destinados à área cultural, é certo que os mesmos ficam aquém dos níveis que seriam ideais. Assim, revela-se altamente adequado o desenvolvimento de projetos como o exposto neste plano de lei, visando a possibilidade de contribuição por parte de empresas, material ou financeiramente, para a manutenção e melhoria dos recursos existentes nos diversos equipamentos culturais.

Medidas dessa natureza ajudam a entender os reclamos das comunidades atendidas, bem assim às demandas decorrentes das inovações tecnológicas, sem que isso represente ônus para os cofres públicos.

A relevância da matéria, diante do interesse público nela contido, permitem a plena convicção do apoio dos nobres Pares desta Assembleia Legislativa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, declaramos aberta a presente Sessão.

O primeiro orador inscrito é o Deputado Luiz Claudio Romanelli, a quem concedemos a palavra.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje gostaria de estar aqui na tribuna falando que gostaria de ter ouvido já o Presidente Lula falar que mudou o Programa Minha Casa, Minha Vida, porque na verdade a Caixa hoje divulgou os 49 Municípios do

Paraná que estão aptos a apresentar projetos. Ou seja, 350 ainda formalmente estão excluídos. Sei que há vontade política do Presidente de mudar essa realidade. Além disso, todos sabemos, é necessário também fazer com que a nossa Companhia de Habitação do Paraná, a COHAPAR, possa ser a construtora. Porque sabemos, a COHAPAR faz, no mínimo, pela metade do preço que faz uma construtora, e nós teríamos o dobro de casas com o mesmo dinheiro.

Então, sei que o comparativo, na verdade, vai ser extremamente complexo, porque de um lado você vai ter uma casa construída com 35m2 custando R\$ 40 mil, e de outro lado você vai ter uma casa de 40m2 no mínimo custando entre 17 e R\$ 18 mil. Então, eu sei que esses comparativos são coisas diferentes, o Estado compra com isenção de ICMS.

Ainda há pouco falava com o Deputado Scanavaca sobre esse tema. Mas o fato é o seguinte: usamos o sistema de gestão comunitária. Então, eu espero que, de fato, possamos ter esses avanços.

Estou preocupado, porque o que está divulgado é justamente um processo de exclusão. A minha expectativa desde que eu falei a primeira vez é de uma mudança, estou esperando, há informação que o Presidente Lula já determinou essa mudança, mas ela, no mundo real que os gestores da política habitacional vivem neste País, ainda não chegou a isso. Mas tenho certeza absoluta que vai chegar, porque não é possível uma pessoa com a sensibilidade que tem o Presidente Lula não modificar isso. Além do que tem uma questão que tem que ser enfrentada, que é a posse da terra. Ou nós discutimos de fato isso, ou o programa habitacional não avançará, porque se formos trabalhar com as variáveis que estamos acostumados, a especulação imobiliária, vamos ver dinheiro público sendo utilizado mais uma vez para promover interesses privados contra o interesse público.

Por isso que, na verdade, o programa habitacional é fantástico. Nunca um Governo fez um pacote habitacional tão forte, tão importante quanto esse, mas ele tem que ser aperfeiçoado. Tenho dito aqui porque senão não conseguiremos avançar naquilo que é essencial.

Mas eu quero, Sr. Presidente, ocupar muito rapidamente esta tribuna, porque eu ouvi, Deputado Jocelito, V. Exa. que é lá da nossa querida Ponta Grossa, eu ouvi na semana passada, e hoje me chamaram a atenção, eu ouvi, por mais de uma vez, o Deputado Marcelo Rangel, que infelizmente não está aqui na Sessão neste momento, falar sobre o pedágio. E sinceramente não sei se fico entusiasmado ou preocupado com o engajamento do Deputado Rangel no tema. Por quê? Porque percebo que ele tem conservado muito com o João Chiminazzo, que é o representante da ABCR, que é a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias. Esse João Chiminazzo, sempre tenho dito que ele é o “porta desaforos”, não no sentido de malcriado, mas no sentido de que é ele quem sempre comunica as más notícias, que normalmente são desaforos, como reajuste de tarifas, ou seja, tudo aquilo

que beneficia as concessionárias de pedágio, é sempre o Sr. João Chiminazzo. Ele tem vindo à Assembleia e está propondo aquilo que tenho dito que é o grande sonho das concessionárias: “Olha, nós reduzimos aqui 30% do valor do pedágio, mas queremos aumentar o número de praças no mesmo trecho concessionado e queremos pelo menos dobrar o período que resta de concessão, como por exemplo tem 14 anos, queremos os 14 mais sete anos.” Então, é muito preocupante.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

E o fato é que o Sr. João Chiminazzo tem estado aqui nesta Casa conversando com o Deputado Marcelo Rangel, de quem não tenho dúvidas sobre esse aspecto, porque ele tem se posicionado contra o pedágio, contra a tarifa mas é uma companhia preocupante a do João Chiminazzo. Tenho feito perguntas públicas, e como o Deputado Marcelo Rangel tem trazido o João Chiminazzo aqui e, infelizmente, não tenho sabido, quero fazer perguntas aqui para que ele consiga obter do João Chiminazzo essas respostas, que são respostas simples, mas que certamente ensinariam uma absoluta clareza em relação a esse tema que estamos tratando.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Romanelli, o João Chiminazzo esteve em uma reunião da Comissão de Obras desta Casa, inclusive participei apenas de parte dessa reunião, em razão da questão de horário, da agenda e de eu não ser integrante daquela comissão. Lá eu usei da palavra em determinado momento, pedindo a ele que, independente das questões de brigas políticas com o próprio Governador ou de quem quer que seja, que ele pudesse fazer um esforço para baixar o preço do pedágio, que é muito alto. Ele até foi simpático na resposta, mas de prático não aconteceu nada, porque ainda não baixou o preço do pedágio. Só que agora também faltam dois anos para o Governo Requião mudar, não ser mais Governador, porque ele não vai poder mais ser candidato a Governador, já que foi reeleito.

Temos que ter uma preocupação muito grande com essa história do pedágio, porque vai chegar um momento de querer uma nova renegociação e essa nova renegociação, na minha forma de entender, se o Paraná ficou muitos anos pagando muito caro o pedágio - aí não quero aqui fazer críticas a nenhum Deputado que tenha aprovado o pedágio, mas confesso que sou contra o preço alto do pedágio. Por exemplo, na minha região de Campo Mourão, quem vai de Maringá a Campo Mourão, está muitos anos parada a obra de duplicação, e quem vai de Maringá a Paranavaí também está parada a obra de duplicação. No entanto, o caixa do pedágio cada dia arrecada mais. Se pegarmos este final de semana que estive andando na região, vocês precisavam ver a fila de carros que tinha na praça de pedágio, pois ainda não puseram para funcionar todos os guichês.

Então, com essa história do pedágio, se já estamos cansados de cobrar, fico imaginando o povo, que está cansado de pagar. Com toda a boa vontade que possa o senhor estar cobrando também, participando dessa questão do pedágio, não vejo boa vontade de que o Governo queira conversar com a concessionária para que possamos chegar, neste Governo ainda, a alguma solução para baixar o pedágio, para acabar com o pedágio, ou para melhorar a situação do povo paranaense.

Então, também cobro essas atitudes de baixar o pedágio, de melhorar para o povo do Paraná, porque isso tudo, em um momento de crise agora, sendo que ele alegou que na crise também as pessoas viajam menos, não foi isso que vi nesse último final de semana, uma fila de carros pagando pedágio.

Precisamos começar uma cobrança para baixar o pedágio. O Governo vai me mandar uma relação do quanto a empresa paga em impostos, porque o Governo aí pode colaborar um pouco para que tenhamos um preço mais justo no pedágio.

Muito obrigado.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

V. Exa. fala um assunto importantíssimo com relação aos advogados das concessionárias.

Estive na reunião da semana passada na Comissão de Obras, e estive lá o Dr. João Chiminazzo. Fui o primeiro a fazer pergunta a ele. Perguntei como eles se sentiam hoje, passando pelo pedágio de Santa Catarina de R\$ 1, e aqui, quem vai a Paranaguá, essa vergonha de R\$ 12 e pouco. Por que os contratos foram feitos dessa forma? Ele respondeu que na época o risco Brasil era muito grande e a confiabilidade no Governo não era boa. E hoje mudou.

A outra pergunta que fiz a ele foi sobre a duplicação, principalmente na minha região, o trecho de Foz do Iguaçu a Cascavel. Ele disse que precisamos conversar. Eu disse que não é preciso conversar com o Governador Roberto Requião, podemos abrir a discussão dentro do Governo e a Assembleia Legislativa para discutir o valor do pedágio. E eles já sinalizam em ampliar o prazo. Na verdade eles não querem perder nada.

Temos que trazer a público essa discussão, para que a população saiba que os contratos feitos foram com privilégios para eles. Temos que divulgar isso em rede nacional. E não pode continuar dessa forma.

Muito obrigado.

O Sr. Felipe Lucas (PPS)

V. Exa. está colocando um assunto muito importante, e é uma coisa que angustia toda a população do Paraná.

Temos que formar um posição. Se houve um erro no passado, precisa ser consertado.

Dizem que não tem coisa que renda mais, no Paraná, que um pedágio bem administrado. E a segunda coisa que rende mais ainda, no Paraná, é um pedágio mal administrado.

Viajamos num trecho muito pequeno e pagamos um preço exorbitante e vemos, hoje, que um pedágio aqui vai para os outros Estados. Foi feito de uma forma diferente, de uma forma que foi amadurecida. Portanto, acho que precisamos tomar uma decisão, juntamente com as Câmaras Municipais, enfim, para que possamos ter uma união. Não é possível que o nosso Estado seja dessa forma onerado, principalmente a população seja atingida dessa forma.

Quero lhe agradecer o aparte, mas acho que está na hora de propormos alguma questão para modificar isso. Não é possível que o lucro seja tão vultoso e a população, de toda forma, escrachada e usada dessa forma.

Muito obrigado.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Permite um aparte, Deputado Romanelli?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, acho que é importante seu pronunciamento.

Participei de uma reunião junto com o Deputado Dobrandino. Na verdade, as concessionárias têm uma posição clara de que o contrato é legal, de que não pode alterar nada. A proposta que eles fazem é a diminuição dos impostos e o prolongamento do prazo do contrato. Isso é o que eles mais querem, e falei claramente para o representante das concessionárias sobre o respeito.

O pedágio do Paraná tem alguns problemas. Primeiro, não houve concorrência. É um pedágio que não existiu concorrência. Foi um grande acordo entre as maiores empreiteiras brasileiras que se consorciaram e dividiram os lotes. Essa é a verdade.

Quando fui Deputado, junto com o senhor aqui, e denunciávamos que havia uma cláusula de concorrência hipotética, que o capital do consórcio era calculado pela média ponderada do capital individual de participação, excluía qualquer empresa pequena. Se 15 empresas de 1 milhão se consorciassem não dava 15 milhões, dava 1 milhão, a média. Então, isso excluiu, não houve concorrência, eles dividiram os lotes de rodovias entre si.

Segundo, essa não concorrência partiu de uma taxa de retorno exorbitante. Terceiro, o Governo do Estado não fez um estudo transparente, é uma caixa preta que ninguém sabe de onde que surgiu a chamada tarifa básica. O Governo do Estado é que definiu a tarifa, não foram as concessionárias. Quem ganhava a hipotética concorrência era aquele consórcio que oferecesse mais quilômetros de rodovias secundárias pela tarifa básica do Governo do Estado, que seria readequada e reajustada conforme uma equação baseada na inflação.

Temos que abrir a caixa preta. Isso se faz com um estudo técnico, pegando a proposta comercial das concessionárias que justifica o custo dos investimentos, fazendo um análise profunda. Vai ter custo para fazer isso. Engenheiros competentes e sérios fazem esse trabalho. É uma fiscalização rigorosa. Tenho um projeto nesta Casa que não foi votado. Precisava ser votado. É o tal do pedágio

on-line, para que tenhamos uma análise sistemática dos carros e o tráfego das rodovias. Acho que é muito interessante seu discurso. Sei que já está desgastada a Assembleia, teve Comissão Parlamentar de Inquérito. Na nossa época não podia ter. Não conseguíamos 18 assinaturas para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Depois teve. Não sei o que aconteceu, pois não estava aqui.

Se pudéssemos formar uma nova comissão aqui, com um representante de cada partido. Só tem sentido essa comissão se ela fizer uma contratação de técnicos capazes de destrinchar essa caixa preta. A partir dessa comissão, vamos fazer uma cartilha e divulgar para todo povo do Paraná, para mostrar o absurdo desse pedágio. Tenho certeza que com o povo nas ruas, com ação política de conscientização, aproveitando o novo aumento do pedágio federal, vamos conseguir uma solução para o pedágio, mas tem que ter muita luta e o senhor sabe muito bem do que estou falando.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Felipe Lucas. Obrigado, Deputado Péricles.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

Quero dizer, Deputado Péricles, que lembro de V. Exa., nesta tribuna aqui, fazendo um grande questionamento técnico sobre o pedágio, sobre o valor das obras. V. Exa. não imagina o que aconteceu. Sabe aqueles estudos todos que possibilitaram o estabelecimento daquela tarifa básica? Sabe o que aconteceu com aquilo tudo? Sumiu!

Quando o Waldyr Pugliesi, hoje nosso líder aqui da Bancada do PMDB, assumiu a Secretaria dos Transportes, com o Rogério Tizzot assumindo a diretoria geral do DRE, não tinha mais nada lá.

Haviam sumido todos os documentos, só restaram os contratos. Eles liquidaram com o corpo de delito. Temos que reconhecer que quem está administrando as rodovias pedagiadas do Paraná, não é mais o DER. Quem administra hoje as rodovias federais do Paraná, e os trechos estaduais que têm pedágio, é a Justiça Federal, com seus Juízes e Juízas Federais, que administram essas concessões.

Recentemente foi o Ministério Público Federal que fez um termo de ajustamento de conduta, com a Rodonorte, sobre a recuperação da Rodovia do Café. Porque qualquer coisa que o Estado faz, hoje, imediatamente vão à Justiça Federal e esta, invariavelmente, dá ganho de causa para as concessionárias de pedágio.

Ora, vejam o exemplo de Jacarezinho, onde conseguimos fechar, por decisão do Juiz Federal dessa Cidade, pelo Desembargador Lugon. A Presidenta do TRF-4 mandou reabrir a praça de pedágio, foi novamente para órgão especial, para o pleno do Tribunal

Regional Federal da 4ª Região, por decisão unânime para fechar a praça de Jacarezinho. A Concessionária Econorte recorreu, o STJ perdeu e não concederam a reabertura da praça. Ela esperou chegar o dia 19 de dezembro de 2008, recesso do Poder Judiciário, e entrou com uma ação, um pedido de suspensão da decisão junto ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, que obviamente, pelas razões que foram expostas, acabou por determinar a reabertura da praça de pedágio, que já foi absolutamente discutida no seu mérito. Está lá a praça em funcionando, e hoje em dia ela arrecada R\$ 6 milhões de todo mês, janeiro, fevereiro e março, dinheiro limpinho para ela, que não realiza um único real de investimento na rodovia. E nós estamos pagando em Jacarezinho o pedágio, depois de todas as instâncias.

Tanta gente que ladra tanto contra esta Assembleia, fala e é valente, não abre a boca, não tem nenhuma linha em jornal algum contra o pedágio do Paraná. Ninguém questiona o pedágio. Ao contrário, quando escrevem é para defender o pedágio. Esta é a verdade que temos da mídia que é publicada para defender o pedágio. Não tem nada escrito. Aliás, para não ser injusto, aqui tem um único órgão de comunicação social - deve ter mais - mas pelo menos registro um deles, que tem uma luta dura contra o pedágio, que sempre apoiou, que é a Folha de Londrina. Esse jornal tem como linha editorial combater o abuso do pedágio no Paraná.

Antes de terminar, pedir que o Deputado Marcelo Rangel, como Presidente da Comissão de Obras, que tanto fala com o João, ou pelo menos falou uma vez com ele, recentemente, que pudesse responder não a mim, mas a esta Casa, as seguintes perguntas que já fiz e não foram respondidas, porque ele tem ouvidos moucos. A única coisa que ele gosta de ouvir falar é de aumentar o número de praças de pedágio, aumentar a prorrogação do contrato, e gosta de desobrigar as concessionárias. Não querem pagar nenhum imposto. O Estado não recebe nenhum real de imposto. É igual ao projeto do Deputado Elio Rusch, que promovia ainda mais contribuição do ponto de vista do Estado, para as concessionárias. Ele sabe pedir mais benefícios, no que ele é muito bom.

Para o João, para as concessionárias de pedágio, algumas perguntas. Quais foram as justificativas, para as concessionárias aumentarem a TIR - Taxa Interna de Retorno, quando assinaram os termos aditivos de 2000/2002? Foi para 23, 24% as taxas. Já é praticamente consenso que a tarifa do pedágio do Paraná é muito alta. E por que eles insistem nos reajustes, se já acham altas?

Tem uma outra questão: qual a explicação para a variação do custo de construção do contorno de Mandaguari, até hoje está paralisado, tendo em vista que na proposta comercial era previsto 25 milhões? No termo aditivo de 2000/2002 passou para 11 milhões e atualmente foi solicitada a aprovação de um projeto no valor de R\$ 32 milhões.

Queria que eles me respondessem isso.

Atualmente a quantidade pessoal administrativo das concessionárias é menor que o previsto na proposta comercial. Por que isso não é levado em conta?

Por que os custos de operação, administração e conservação, bem como de obras que estão acima do mercado, não são reduzidos no fluxo de caixa, proporcionando a diminuição das tarifas? Tendo em vista o exemplo das recentes concessões federais, onde a ADIN previa no edital que era de 8,95, qual a explicação para que os custos das obras, quando a solicitação de aprovação dos projetos, encareçam substancialmente em relação aos aditivos de 2000/2002, poder gerar desequilíbrio para o aumento de tarifa? Já que o representante da TCR disse que a Taxa Interna de Retorno não tem relação com o lucro, perguntamos se a concessionária aceita equilibrar os contratos com 1/3 das taxas atuais, que é o valor da Taxa Interna de Retorno, que a concessionária que pegou para ir para Florianópolis, que cobra R\$ 1,10 o automóvel, contra R\$ 12,50 da nossa Ecovia.

Sinceramente, disse que o empreiteiro Cecílio Almeida deu um murro na mesa do Jaime Lerner e disse: “Ou me dão o trecho das rodovias das praias, a Ecovia, ou melo esse colúio, essa fraude de licitação”. Quando ele estava vivo, disse aqui.

Respondeu-me alguma coisa? Não. De fato ele era uma pessoa contundente naquilo que fazia e defendia os seus interesses como empresário. Tinha-se do outro lado um Governo frouxo. Ora, sabemos o que aconteceu, esse pedágio que é uma roubalheira, que todos nos envergonhamos, mas que lamentavelmente o que vemos, na verdade, é uma concordância dos mansos, daqueles que pacificamente aceitaram ou daqueles que se omitiram. Ou ainda daqueles que foram lubrificadas pelo desejo de poder servir as concessionárias de pedágio. Sabemos de quem estamos falando, que tipo de gente é e como nos envergonhamos.

Queria, na verdade, concluir perguntando: qual é a justificativa para transferir a obra do contorno de Londrina no ano de 1998 para 2020, 22 anos de postergação? Queria também perguntar como se justifica a exclusão do contorno de Ponta Grossa, da relação de obras a construir pela concessionária Rodonorte. Essa deveria ser uma explicação que penso que o Deputado Marcelo Rangel poderia cobrar das concessionárias.

Era isso, Sr. Presidente. Para quem não queria falar absolutamente nada eu acabei exagerando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Na sequência, no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero falar também sobre essa notícia que está na Folha de Londrina de hoje, no caderno Folha e Economia, sobre as casas, esse projeto do Governo Federal de 1

milhão de casas. Eles querem construir 1 milhão de casas no Brasil. O programa prevê 44 mil casas para o Paraná. Aí acessamos a internet, no site da Caixa Econômica Federal. Quero falar para os Deputados quais os Municípios que estão previstos de serem beneficiados pelo Governo Federal com essas 44 mil casa. São 49 Municípios em ordem alfabética:

(Lê):

“Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Ângulo, Apucarana, Araucária, Balsa Nova, Bela Vista do Paraíso, Bocaiúva do Sul, Cambé, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cascavel, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Ibiporã, Iguaçu, Itaperuçu, Jataizinho, Lapa, Londrina, Mandaguari, Mandirituba, Marialva, Maringá, Paçandu, Paranaguá, Pinhais, Piraquara, Ponta Grossa, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rolândia, São José dos Pinhais, Sarandi, Sertãoópolis, Tamarana e Tijucas do Sul”.

Campo Mourão está fora. Será que está faltando liderança com ligação com o PT lá, com o PMDB? Será? Goioerê não está aqui, não estão atendendo Goioerê e o Vice é do PT. Iretama não está aqui, não está sendo atendida. Roncador não tem na lista. Jandaia também não tem, Miltinho Pupio.

Pois bem, o Governo Federal que hoje o Presidente Lula... agora são quase 15h30, ele já foi lá na empresa de papel. Ele veio visitar o Paraná, mas infelizmente na região que eu represento, e tem muitos Deputados aqui que fazem campanha lá, vou falar agora os Municípios que nós trabalhamos, fazemos política e que o Governo Federal, os Deputados Federais de todos os partidos esqueceram na hora de fazer essa lista aqui.

Temos que cobrar, vou fazer um ofício a cada Deputado Federal que fez votos lá na minha região, para lembrar dos Municípios agora, na hora essa casas. Porque aquela propaganda lá da Globo, a propaganda que o Governo deve ter pago um rio de dinheiro, chegou na casa do povo lá daquela região. Araruna chegou a propaganda, Miltinho Pupio. Peabiru chegou a propaganda, Jonas Guimarães, V. Exa. também faz campanha lá. Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz, Quinta do Sol, Fênix, Corumbataí do Sul, Luziania, Juranda, Iretama, Roncador, Nova Cantu, Campina da Lagoa, Altamira do Paraná, Ubatã, Mamborê, Farol, Janiópolis, Quarto Centenário, Moreira Sales, Rancho Alegre, Goioerê, Terra Boa, esses Municípios são da região que representamos com muito orgulho e que agora quero pedir e cobrar do Governo e dos Deputados que fazem política lá que nos ajudem a cobrar o Governo Federal. Ponta Grossa foi beneficiada com essas 44 mil casas do Governo Federal.

Lá na nossa região vimos uma propaganda do Governo Federal falando que iria ter 1 milhão de casas no Brasil. Só que pode resolver o problema e é importante aprovamos a idéia das casas, mas na nossa região nenhuma casinha está prevista.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

Nosso discurso aqui é para lembrar todas as autoridades, desde Prefeitos, Vereadores, que todos temos que estar unidos para cobrar o Governo Federal que coloque recursos, que pense em atender a nossa região.

Temos que deixar isso aqui claro, a propaganda chegou lá. “As casas vão acontecer”. Aliás, já tinha até o desenho das casas, as crianças brincando na propaganda. Eu já vi lideranças lá de Campo Mourão visitando bairros e dizendo: Vão ser aqui as casas”. E agora vejo a notícia da Caixa Econômica e não tem na relação nem Campo Mourão e nenhum Município da região. Vejo aqui que vai ter 44 mil casas no Paraná. Está aqui na Folha de Londrina de hoje e não tem nenhuma prevista para a nossa região.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Douglas, já tive oportunidade de fazer um pronunciamento sobre esse assunto há alguns dias. Até porque inicialmente apareceu na mídia nacional que os benefícios dessas casas chegariam apenas nas grandes Cidades, acima de 100 mil habitantes. Posteriormente eu vi uma outra notícia, onde afirmava que atenderiam Municípios de 50 mil habitantes. Agora me parece que mudou, até fico satisfeito, porque acho que o nosso discurso encontrou guarida, encontrou eco, repercutiu, a impressão é que os próprios Deputados Federais, Senadores, se mobilizaram nesse sentido. Mas poucos Municípios paranaenses estão sendo atendidos. Cria-se uma falsa expectativa, alimenta-se a esperança do cidadão, do homem e da mulher neste Estado, com dificuldades de ordem financeira, com dificuldades de crédito, e o benefício não chega.

Volto a afirmar, torço para que as casas aconteçam. Mas nos últimos 30, 40 anos, nenhum programa dessa natureza aconteceu. Os índices são muito aquém daquilo que já aconteceu neste País.

Espero que não fique apenas em mais um discurso político de promoção para candidata a Presidência da República, Dilma Rousseff.

Lamento que a nossa região não tenha nenhum benefício contemplado, que a Região Sudoeste do Paraná e outras regiões onde atuo, V. Exa. acabou de citar o Município de Fênix, onde eu tive uma votação expressiva, tem realmente uma carência enorme de casas populares.

Não há nenhuma possibilidade de ser contemplado.

Parabenizo V.Exa. e me somo ao seu pronunciamento, até porque quero crer que esta Casa, todos os Parlamentares têm interesse em que este programa aconteça, mas que atende a todos os Municípios do Estado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Muito obrigado, Deputado.

Agora a informação é que o Governo estende o Programa Minha Casa, Minha Vida, para todos os Municípios. Então, todos os Municípios poderão - olha o termo: poderão - receber casas do Programa Minha Casa, Minha Vida. Só que eles poderão receber. Mas, a propaganda independente já chegou lá, já chegou em todos os Municípios do Paraná. Eu mesmo vi num dos Municípios nos quais eu estava fazendo aquelas reuniões de prestação de contas, trabalhando. E aí, num horário nobre, na nossa reunião, na casa de uma liderança, aparece depois do Jornal da Globo, no horário compreendido entre o horário nobre, em que está lá a propaganda do Governo Federal: Minha Casa, Minha Vida.

Quer dizer, vende uma imagem como se resolvesse o problema. As pessoas até esquecem que não têm casa. Pensam: “Não, agora já tenho”. Pela imagem na televisão. E não é verdade. Então, a nossa cobrança é que a região de Campo Mourão e os Municípios compreendidos pela COMCAM - Comunidade da Microrregião de Campo Mourão, mais de 400 mil pessoas, são 25 Municípios, nenhum deles foi lembrado na relação do Governo Federal.

Nós faremos um ofício pedindo aos Deputados Federais que fazem política naquela região que nos defendam lá na Câmara Federal. Porque não adianta nada fazer reunião com “a” ou “b” lá em Brasília, como tenho visto algumas lideranças, tomam cafezinho, beleza, mas voltam com as mãos abanando, sem as casas para o povo.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Douglas Fabrício, tenho acompanhado esta questão das casas e o que me espantou mesmo foi que a propaganda já está no ar, das casas que ainda estão no lançamento. Quero citar três exemplos de que talvez não tenhamos prestado atenção, de promessas que ainda não aconteceram. Vou citar um exemplo simbólico: ontem, em Foz do Iguaçu, o Presidente da República veio duas vezes a Foz do Iguaçu anunciar a construção da ponte. E ligue lá para ver se começou!

Em Guarituba, aqui em Piraquara, o Presidente da República veio lançar o PAC. Está lá, o bairro, a comunidade, para ver o que aconteceu. Não aconteceu nada.

A terceira questão, que é mais emblemática ainda: na primeira campanha para Prefeito de Curitiba, Beto Richa contra Ângelo Vanhoni, o Presidente da República veio ao Paraná inaugurar um laboratório. Esse laboratório, quando se vai a Paranaguá, não lembro o nome, está no meio do mato, abandonado, não está funcionando.

Quer dizer, são três exemplos: a ponte de Foz do Iguaçu, duas vezes o Presidente da República veio e anunciou a construção da ponte. Faz dois, três anos. O PAC no Paraná foi o símbolo, em Guarituba, aqui no bairro em Piraquara. Ontem, recebi pessoas de Piraquara, dizem que é uma vergonha. E esse laboratório, que ele veio inaugurar com toda pompa e que está lá, fechado.

Temos que fazer, acho, um relatório do PAC que foi anunciado e não está acontecendo.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Muito obrigado, Deputado Valdir Rossoni. Chegou outra mensagem no celular, de um cidadão de Araruna, dizendo que está indignado porque a propaganda chega na casa dele, mas a casa ele não viu acontecer em nenhum lugar, ainda.

Quero agradecer também a presença do Vereador Jardim, que está aqui. Vereador Jardim, estou falando da questão das casas. Sei que lá em Campo Mourão os Vereadores já estão se mexendo, têm até terreno para estas casas. Mas, o Governo Federal não contemplou nossa região com nenhuma casa. Ponta Grossa foi beneficiada com não sei quantas casas, mas está na relação, foi premiada. Ponta Grossa está lá, mas Campo Mourão não está.

Concedo um aparte ao Deputado Péricles de Mello.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Deputado Douglas, acho importante que o senhor descubra pelo qual a sua Cidade não está contemplada, ou os motivos. Isso é importante.

Conversei com o Ministro Paulo Bernardo em Ponta Grossa, fazendo a crítica e achando que era um erro o Governo Federal ter divulgado um documento, que não foi um documento oficial de divulgação, que só faria casas nas Cidades com mais de 50 mil. O Paulo deixou claro que o Governo Federal fez um levantamento de déficit habitacional por Cidades brasileiras, quando chegou a conclusão de que 87% do déficit habitacional está nas Cidades com mais de 50 mil habitantes. Mas isso significa que 13% está nas Cidades menores. Foi isso que o Ministro colocou. Ele disse que tinha o compromisso de ir a Brasília questionar isso e está aqui a alteração, a novidade, que ontem mesmo o Presidente Lula assinou um decreto que amplia o programa, estendendo também aos Municípios com menos de 50 mil habitantes. Acho que isso foi fruto do debate, o Governo reconheceu o seu erro, retirou a questão desse limite, e acho que cabe a cada organização comunitária lutar para incluir a sua Cidade, demonstrando que a sua Cidade tem condições e necessita, mostrando o déficit habitacional no processo normal de seleção que vai acontecer, porque infelizmente o Governo não vai poder fazer casa para todo povo, porque são 8 milhões de moradias o déficit habitacional do País hoje.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado Deputado Péricles.

As casas, claro, são necessárias, e o Governo tem procurado se esforçar, mas o que não concordo é soltar a mídia antes das casas acontecerem. Gasta-se mais dinheiro na mídia do que nas próprias casas, se formos fazer as contas. Então, isso não concordo.

E a nossa região, Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. que também tem vários Municípios que lhe ajudam lá politicamente, nenhum Município foi contemplado pelo Governo Federal. Então, peço que o senhor

também nos ajude a cobrar do Governo Federal e também do Governo Estadual para que construam casas para o povo que precisa morar, ter conforto e qualidade de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elton Welter, por cinco minutos.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, estive presente nesta manhã em um evento em Telêmaco Borba, acompanhado do Presidente em exercício, Deputado Anibelli, o Deputado Cheida também esteve presente, o Deputado Cleiton Kielse e o Deputado e Secretário do Planejamento, Enio Verri, onde o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participou da comemoração dos 110 anos da Klabin, empresa do ramo de celulose.

O Presidente, com sua fala muito clara, trouxe notícias maravilhosas principalmente aos Prefeitos e às pessoas que não têm a sua moradia. Aos Prefeitos, deixou claro que a receita que tiveram no ano de 2008 com o FTM, terão também neste ano. Então, já há uma solução com a queda do FTM, que existia uma reclamação por parte dos Prefeitos de todo o País. E com relação a habitações, também vai entender o benefício às Cidades pequenas, serão executadas casas para todas as Cidades do País, o que também, no formato inicial, era para as Cidades maiores. Isso, sem sombra de dúvida, é muito importante, principalmente para as Cidades de menor porte.

O Presidente Lula, com sua fala muito clara e até representando a Liderança do PT naquele evento em que o Deputado Péricles não pôde se fazer presente, dizia com clareza que o mundo, na reunião do G-20, que ocorreu na semana que passou, pede conselhos, pela primeira vez, os Países ricos. Não chegaram com a voz alta, estavam com a voz rouca, esperando o que fazer para regular o mercado na área das finanças públicas para evitar especulação. E há consenso no planeta na reunião do G-20, e dizia com muita clareza isso, que todos os Chefes de Estado concordaram que, de fato, com a especulação que teve no mundo todo, teve essa crise que foi promovida exatamente por Países ou especuladores, e trabalhar na perspectiva de acabar com os paraísos fiscais, no sentido de ter uma regularização mundial da circulação de capitais para que o mundo aja em harmonia, no sentido de proporcionar riqueza a todos os povos.

Então, o Presidente estimulou muito quem lá esteve, certamente do ponto de vista de acreditar no País. Estamos saindo dessa crise muito melhor do que entramos nela. Vamos certamente criar condições ideais para que o crescimento seja retomado. Temos convicção que o País, de fato, está liderando um processo na América e no mundo no sentido também de sermos protagonistas

dos Países emergentes, no sentido de criar condições para que a democracia seja aprofundada no planeta, e para o nosso orgulho o Presidente Lula consegue liderar isso e ser reconhecido no mundo todo como uma das lideranças que, de fato, consegue, com seu jeito humilde, com seu jeito de comunicação que é muito eficaz, proporcionar confiança para a sociedade brasileira e contagiar inclusive Chefes de Estado, a ponto de Obama reconhecê-lo como uma das pessoas mais populares do planeta e chamando-o: “Esse é o cara”.

Eu que sou do PT, Deputado Péricles, você que também ajudou a fundar esse partido, sinto-me muito orgulhoso disso. Estamos num momento importante da República, num momento onde o mundo olha para nós, onde o próprio Presidente desafiou, lá estavam dirigentes da FIESP e da FIEP, representando pelo Rocha Loures aqui do Paraná, desafiava que os empreendedores mundiais sabem que aqui no País é bom investir, há segurança institucional, a economia está estável, o País prosperará muito nos próximos anos e seremos uma grande Nação, certamente na medida em que conseguirmos alavancar a economia, estabilizar a questão do desemprego e melhorar a renda do povo brasileiro.

Então, o evento lá foi muito prestigiado por autoridades do Estado, o Vice-Governador Orlando Pessuti esteve presente, nosso Presidente em exercício acompanhou, esteve na Mesa de honra nos representando naquele momento, e certamente teremos anos prósperos e de minha riqueza neste País. Certamente essa é a visão do Presidente e da sua equipe de Governo, e também acredito que é da maioria do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati, também no Horário da Liderança.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Deputado Felipe Lucas, Dr. Batista, o médico do Povo, Deputado Scanavaca, colegas Parlamentares, visitantes e os paranaenses que na parte da tarde, muitas vezes à noite também, dedicam algum tempo para acompanhar, através da TV MERCOSUL e TV SINAL, os trabalhos desta Casa de Leis, instrumento que propicia o poder de fiscalização da nossa ação parlamentar por parte do povo.

Recebo alguns e-mails, e agradecendo ao povo do Paraná, porque é tão importante termos esse canal de comunicação para que o povo mande suas críticas, suas sugestões para nós.

Tenho aqui um e-mail de João Carlos da Silva, que diz o seguinte: *Belinati, hoje sou seu eleitor, pois nas últimas eleições para Deputado trabalhei para você. Gostaria que você trabalhasse para que o piso dos contratados da Patrulha Rural do Governo aumentasse.* Aqui ele fala que o Governador está valorizando o servidor e paga uma porcária de R\$ 580 para quem está na Patrulha Rural.

Alô Governador Roberto Requião, valorizar o servidor é dar boas condições de trabalho e pagar bem.

Tenho da escola estadual de Ivaiporã sobre a leitura de livro, como é importante a leitura, a biblioteca. Parabéns a direção!

Aí tem o e-mail da Berenice, de Curitiba, que diz: *Prezado Deputado Belinati, conheço V. Exa. há muitos anos, não moro em Londrina, mas conheço-o pessoalmente. Lembra quando V. Exa. trabalhava na Rádio Globo em 1986, aqui em Curitiba, e tinha uma Belina Ford? Desde aquele tempo sempre fui simpatizante de suas ideias. Estou hoje com 53 anos, sou ecologista. Lutei muito na vida. Sou casada, tenho três filhos adultos que também lutaram muito. Todos estão empregados, mas eu não tive sorte. Fiz muitos concursos, passava e não me chamavam. Tem mais e-mail falando sobre isso.*

Tem um da Rosa Aparecida Ferreira Bordinosk. Ela é professora e está querendo trabalhar no Núcleo de Ensino de Londrina, mas está havendo ali problemas internos e não querem dar oportunidade a ela. Não é uma nova admissão, porque ela já pertence ao quadro de servidores do Paraná.

Da minha amiga Rosimeri Túlio, funcionária padrão desta Casa. Agradeço a Rosimeri, sempre nos mandando mensagens que tocam o nosso coração.

Da Danieli Cândido de Melo: *Tenho 28 anos e moro em Londrina desde 2004. Sou formada em Fisioterapia e pós-graduada em Fisioterapia Traumatológica e até hoje não consegui arrumar emprego.*

Pela propaganda do Governo só não trabalha quem é vagabundo, mas a realidade é outra. Em cada casa tem sempre alguém querendo trabalhar. Ou é o filho, a filha, às vezes é a esposa que quer trabalhar para ajudar o marido que tem um salário pequeno. Às vezes, é o próprio chefe de família, que é uma pessoa de boa vontade, é competente, não quer ser um inútil, e sai por aí desesperado atrás de emprego e não consegue. Uma boa parte não tem formação nenhuma, topa fazer qualquer serviço, qualquer quebra galho, mas tem muita gente, conforme vemos pelos e-mails, que tem formação, frequentou os bancos universitários, e não consegue emprego. Por quê? O País está em crise, mas a crise aqui, na minha ótica, começou antes da crise mundial. Faz muito tempo que o Governo mente que tem emprego para todo mundo, que aumentou o mercado de trabalho, e sabemos que isso é lorota. A realidade é que o desemprego atinge milhões de brasileiros.

O Presidente Lula veio a Telêmaco Borba, hoje. Fico imaginando quanto custou o passeio que o Presidente Lula veio fazer aqui no Paraná. Bem-vindo, Presidente! Já voltou para Brasília. Fico imaginando quanto custa cada vez que o Presidente da República fala que vai visitar uma determinada Cidade. Eles mobilizam as tropas do Exército, o serviço de inteligência, a Polícia Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, o SIATE.

Eu estava vendo o Prefeito de Telêmaco Borba todo orgulhoso, dando uma entrevista ontem na CBN, quando eu estava ouvindo o grande comentarista Luiz Geraldo Mazza. O homem é um fenômeno! De manhã, o Mazza está na CBN; logo no começo da tarde, ele está na CBN; no começo da noite, ao vivo, está na CBN o Luiz Geraldo Mazza; e todo dia, nas páginas da Folha de Londrina, com seus comentários interessantes. E eu ouvia o Prefeito de Telêmaco Borba falar que até o shopping center de Telêmaco Borba ia se beneficiar com a visita do Presidente Lula.

Fico indagando, Dr. Batista: no Paraná, onde há cidades com menos de 100 mil habitantes, que também querem edificar casas para o povo, tirar o povo do aluguel, um Estado como o nosso, que é visto aos olhos do mundo como um Estado de gente rica, mas que tem milhares e milhares de pessoas na fila esperando por uma cirurgia, gente que não consegue ter um óculos, uma cadeira de rodas, uma perna mecânica, um braço mecânico, que não tem dinheiro para comprar um botijão de gás, gente que vive em estado de extrema miséria, quanto custa cada visita de um Presidente? É bom o Presidente vir? É bom, mas que traga novidades, que venha anunciar alguma coisa! Sou admirador do Presidente Lula, ele tem grandes méritos, mas hoje o Presidente fez uma viagem de turismo.

Estava vendo até no noticiário da imprensa que muito mais do que se preocupar com o povo, era uma visita inclusive já para discutir em quem o povo deve votar em 2010, que o povo deve eleger para Governador no ano que vem. Mas e o povo? Eles estão ouvindo o povo para saber se o povo está autorizando esse tipo de entendimento? Os Caciques, os Coronéis da política, muitas vezes quebram a cara, porque usam o nome do povo indevidamente. Está cheio de Coronel da política discutindo quem é que vai colocar o bumbum na poltrona de Governador no ano que vem, mas esquecem que a grande estrela da eleição se chama povo! Não adianta os poderosos da política se reunirem em grandes banquetes e acharem que vão falar, decidir e que o povo vai apenas dizer amém!

Então, Deputado Romanelli, espero que numa outra visita do Presidente da República, seja o Lula, seja quem vier sucedê-lo, que venha aqui também para discutir os problemas do nosso povo, os problemas do Paraná, e trazer também soluções, porque a solução de grandes problemas está nas mãos do Presidente e de seus Ministros.

A Folha de Londrina traz aqui: *Multas a motoristas bebados crescem 350%*. Tem mais é que multar mesmo e cassar a carteira de quem dirige embriagado, se acidenta, se arrebenta, fere quem não tem nada com a sua bebida, mata e faz um estrago danado.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Eu estava em Paranaguá, voltando de Paranaguá, na quinta-feira à noite, quando tive o constrangimento e a

tristeza de ver, para mim, uma falha no atendimento a uma vítima de acidente. Para quem vem de Paranaguá, no sentido Curitiba, logo que passa o pedágio há um contorno em São José dos Pinhais. Aí, um carro, bem no contorno, bateu em uma moto. O motoqueiro ficou caído no asfalto, veio a equipe de socorro, que ao invés de tirá-lo dali, resolveu atendê-lo na pista do asfalto. Os carros foram diminuindo a marcha, encostando, parando, naquela fila enorme. Eu também estava em Paranaguá, às 7 da noite. Para mim houve a maior falha no socorro a uma vítima de acidente. Havia um carro com quatro mulheres dentro, veio um caminhão com um motorista que disse que estava a apenas 75 quilômetros por hora - isso não cola para mim, por que com essa velocidade não teria feito o estrago que fez - ele bateu na traseira desse carro, arrebentou e esfaqueou o carro em uma árvore, com a morte dessa quatro mulheres.

Esta Assembleia Legislativa tem o dever, sim, de cobrar das autoridades uma explicação, porque para mim houve negligência, falha e o despreparo de quem foi socorrer o motoqueiro. Em uma rodovia como a 277, de Curitiba a Paranaguá, que está sempre cheia de carros a mais de 150 quilômetros por hora, pararem os carros na própria pista de rodagem, foi dar no que deu quase sempre, infelizmente.

Sr. Presidente, para terminar, este é o jornal O Estado do Paraná de hoje, do Dr. Paulo Pimentel. Gostaria que a nossa TV focalizasse aqui na parte política. Em uma reunião das maiores autoridades de Brasília, envolvendo o Presidente da República, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, portanto, as estrelas que comandam e lideram a vida pública brasileira, o Presidente Lula diz: *Ninguém aqui é santo e freira*. Isso lá em Brasília, que ninguém é santo e nem freira. O próprio Presidente Lula disse isso.

Agora, aqui no interior, às vezes some um apagador de uma escola, em um Município menorzinho, com 5 mil ou 10 mil habitantes, tiram o Prefeito do cargo. Ou por qualquer vírgula atravessada na prestação de contas de uma Câmara de Vereadores, o Vereador fica inelegível e colocam os bens do Prefeito indisponíveis, no rigor da lei. O que estamos vendo é que esse rigor da lei é apenas para os pequeninos do interior. Porque em Brasília, volto a repetir, o Presidente disse: "Ninguém aqui é santo e freira." Conclui-se, pela boca do Presidente Lula, que a lei foi feita para ferrar, como sempre, os pequenos.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Próximo orador inscrito, Deputado Traiano, por cinco minutos.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O que me traz à tribuna na tarde hoje, mais uma vez, é para me reportar a um pronunciamento que já

havia feito na semana passada, com relação à Usina de Mauá. Entendo ser oportuno voltarmos ao assunto no dia de hoje, até porque o Presidente Lula, no dia de hoje, esteve na Cidade de Telêmaco Borba, região onde esta usina está sendo construída, e que com certeza a região como um todo criou uma grande expectativa com relação à construção da Usina de Mauá, principalmente os defensores da ecologia, que advogam contrariamente.

Mas, o que quero deixar claro aqui, não é nenhuma posição radical contrária à construção da usina, até porque o País tem uma carência enorme de energia elétrica. É lógico, os investimentos devem acontecer, sob pena de comprometermos a estrutura industrial deste País muito em breve.

O que me traz aqui nesta tarde é para fazer lembrança aos Srs. Deputados, à imprensa do Paraná, enfim, à sociedade paranaense organizada, de que este Parlamento está sendo desrespeitado pelos empreiteiros, pelo Governo do Paraná, porque deixam de cumprir uma norma constitucional do artigo 209 da Constituição Estadual, que estabelece as normas, os ditames da lei para que se inicie a construção de uma usina termelétrica.

Não posso admitir, quando a Assembleia Legislativa do Estado muitas vezes é cobrada pela imprensa, pela sociedade, por determinadas ações, que a Assembleia não se posicione neste momento, quando ela flagrantemente está sendo desrespeitada na construção da Usina Hidrelétrica de Mauá.

Diz o artigo 209 da Constituição Estadual: Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas, dependerá de projeto técnico de impacto ambiental a aprovação da Assembleia Legislativa de centrais termelétricas desse projeto, dessa aprovação e da consulta plebiscitária.

Portanto, Srs. Deputados, mais do que nunca fica evidenciado de que estão deixando de cumprir preceito constitucional com relação à construção de Usina de Mauá.

Está aqui neste Parlamento, chegou no dia 21 de outubro, o projeto de lei, se não me falha a memória, de nº 429, de autoria do Governo Estadual. Chegou no dia 21 de outubro e até o presente momento a CCJ não se manifestou, não veio ao plenário desta Casa e as obras da Usina de Mauá já estão em andamento desde julho do ano passado.

Não podemos permitir que esta Casa seja desrespeitada dentro das suas prerrogativas constitucionais, que as incumbências deste Parlamento deixem de ser cumpridas, sob pena de fazer com que à revelia se construa uma obra dessa magnitude, sem sequer passar pelo crivo da aprovação do Legislativo Estadual. Tomo a iniciativa de fazer aqui este alerta.

Falo no horário da Liderança do PSDB.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Tomo a iniciativa de trazer à tona esse assunto, até para que o Parlamento faça-se valer, possa se impor, possa fazer prevalecer as suas prerrogativas constitucionais, as

atribuições que a ele são conferidas e que passem a ser respeitadas, sob pena de permitirmos que esta obra continue, jogarmos por terra toda e qualquer iniciativa deste Parlamento, porque assim estaríamos permitindo burlar a legislação estadual, que com certeza a nós compete exercê-lo.

Estou aqui com uma representação que pretendo encaminhar ao Ministério Público Federal, apresento um requerimento a ser submetido à apreciação desta Casa, para que avalize a minha representação. Porque entendo que avalizada por este Parlamento ela tem uma conotação ainda mais forte. Não é apenas iniciativa do Deputado Estadual Ademar Traiano, estou levantando, aqui, algo que deveria ter acontecido há algum tempo.

O que estou fazendo é a defesa intransigente das nossas prerrogativas há algum tempo.

O que estou fazendo é a defesa intransigente das nossas prerrogativas constitucionais. É isso que estou fazendo, defendendo a Assembleia Legislativa do Estado, sob pena de estarmos aqui trabalhando de uma forma inócua, sendo desrespeitadas pelo Governo Estadual, pelas empresas que hoje constroem usinas à mercê da não autorização do Parlamento Estadual.

Concedo aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Agradeço o aparte. Queria me somar ao senhor no seguinte sentido: não se trata de julgar o mérito da construção ou não da usina. Trata-se de nós, nesta Casa, fazermos valer aquilo que escrevemos, votamos e é promulgado neste Estado como lei.

Tem razão V. Exa. não podemos deixar que seja ignorado o artigo da nossa Constituição em algo tão importante. Mas acho que deveríamos inverter um pouco as atitudes a serem tomadas pela Casa. Ora, quando tem alguma coisa com relação a Assembleia todo mundo toma as suas atitudes do jeito que dá. Acho isso certo, vivemos num regime democrático. Acho que nós, através da Mesa Executiva, devemos interpelar a Justiça do Paraná para que ela determine a continuidade ou não dos trabalhos sem autorização prévia desta Casa. Primeiro vamos autorizar, discutir este projeto que está aqui na Casa.

O Deputado Durval Amaral me dizia, no início veio o projeto sem a licença prévia do órgão ambiental. Posteriormente veio a licença do órgão ambiental sem aquilo que exige a legislação. E agora precisamos saber como é que a Assembleia vai se portar diante de uma obra que está acontecendo sem o cumprimento da lei estadual. Então, acho que ao invés de aprovarmos um requerimento que V. Exa. solicita que a Assembleia lhe de apoio para que o senhor gestione junto ao Ministério Público, não, esse é um problema da Assembleia enquanto instituição. Temos que gestionar junto à Justiça, para que a Justiça se pronuncie, porque afinal de contas está se construindo uma obra sem autorização legislativa, conforme diz a nossa Constituição.

Apenas esse o adendo que faço ao pronunciamento justo que V. Exa. faz na tarde de hoje. Acho que temos que trabalhar como um problema da Casa, da Assembleia Legislativa. Temos que responder pela instituição, senão é como falou V. Exa. daqui a pouco de que adianta legislar, fazer leis, se as leis não são cumpridas?

Acho que V. Exa. tem razão, mas penso que V. Exa. que tomou essa iniciativa, pudesse refletir sobre a proposta que faço, de que o requerimento deveria ser da Mesa Executiva, aprovado por este Plenário, para que a Mesa Executiva entre com questionamento judicial, para ver como é que continua ou não essa obra sem autorização dada por esta Casa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Agradeço, seu aparte foi pertinente, está robustecendo a nossa manifestação. Acredito que a sua participação foi muito importante, vou manter a minha posição e espero que a Mesa encontre o melhor caminho, no sentido da proteção desta Casa, porque a continuidade dessa obra, da forma como está acontecendo, significa dizer que estamos rasgando a nossa Constituição Estadual e todos os poderes que este Parlamento tem.

Não posso permitir, sob pena de comprometer a nossa imagem. Todos nós somos sabedores de que a sociedade e a imprensa cobram transparência estadual, e neste momento em que se constrói uma usina com valores acima de R\$ 1 bilhão, não há ninguém levantando a sua voz no sentido de cobrar a transparência de uma obra dessa magnitude, sem que ela tenha a autorização legislativa, que é o mínimo necessário que a Constituição estabelece para que a obra inicie.

Quero sim, Sr. Deputado, o apoio de V. Exa. Se a Casa não tomar as providências, estou com uma representação pronta para encaminhar ao Ministério Público Federal, para que o amparo à legislação possa realmente tomar todas as medidas necessárias com o objetivo de estancar a obra, sim, sob pena de estarmos colocando na vala comum a história deste Parlamento.

Espero que a Mesa tome as providências, porque não há como permitir que um projeto que aqui chegou no dia 21 de outubro de 2008, que não cumpriu nenhuma das formalidades legais que a nossa Constituição exige para que a obra inicie, se faça uma obra dessa grandeza à revelia do que estabelece a lei, do que estabelece a legislação.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

V. Exa. está colocando a respeito do Ministério Público. As informações que temos é que o Ministério Público já tem conhecimento do fato. O que nos falta, na realidade, é fazermos a votação em plenário. É preciso que tenhamos o projeto com seus pareceres nas comissões, no caso da CCJ e nas comissões devidas, e venha a plenário para ser votado. Talvez tardiamente, mas é um momento em que podemos fazer um debate a respeito de soluções para ribeirinhos e soluções que têm que ser dadas para outras situações específicas.

Fizemos uma Audiência Pública aqui e outra em Londrina, da Frente Parlamentar. Nas duas Audiências foi colocada a preocupação com a votação da lei. Não sei também como V. Exa. colocou que desconhece quais as razões de não termos votado ainda. Talvez tenha sido algum motivo que passou batido. Certamente teremos que fazê-lo o mais breve possível, porque enquanto não fizermos, o canteiro continua sendo construído, a usina começará a ser construída e corre o risco, como V. Exa. bem colocou, de a qualquer momento o Ministério Público Federal - porque envolve recursos federais, empresa federal, no caso a Eletrosul - embargar, com prejuízo maior para a COPEL e todos os paranaenses.

Era esta a complementação que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado, vou discordar de V. Exa., porque não se trata de estarmos aqui discutindo a aprovação ou não do projeto. O que estamos levantando aqui e arguindo, nesta tarde, é a falta de respeito que estão tendo com o Parlamento, em não solicitarem e iniciarem a obra sem a aprovação legislativa. É rasgar a Constituição, é transgredir a lei.

É esta a tese que estamos advogando. Não podemos conceder, sob pena de comprometer toda nossa história, macularmos a imagem da Assembleia, porque está é nossa responsabilidade e nosso dever. Nós aprovamos as leis, e como tal, temos o dever legal de exigir que cumpra-se o que estabelecemos como regra.

Então, este é o nosso questionamento. A aprovação ou não, termos o tempo oportuno aqui no Plenário, na CCJ. Quero crer que não devam ter cumprido as formalidades exigidas pela legislação. E exatamente por isso, talvez, esteja paralisado lá na CCJ.

Então, era esta a argumentação que eu gostaria de fazer. Vou encaminhar à Mesa uma representação e um requerimento para que me dê respaldo para encaminhar ao Ministério Público. Se o entendimento da Mesa for contrário, vamos respeitar. Mas, espero que a Mesa tome a iniciativa de defender esta casa. Com certeza. Porque assim estaremos exercendo, realmente, nossas prerrogativas constitucionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Fica registrado. A Mesa vai encaminhar para as lideranças, as comissões, a CCJ, enfim, para o Plenário, que possam se reunir e tomar as providências com relação a isto.

O próximo orador inscrito é o Deputado Pastor Edson Praczyk, a quem concedemos a palavra.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa, telespectadores.

Hoje estive em visita à Colônia Penal Agrícola, no Município de Piraquara, e tive a grata satisfação de conhecer uma figura que particularmente cativou minha admiração desde o primeiro contato. O Dr. Lauro Luiz Valeixo, bem como o professor Acir. O Dr. Lauro, em especial muito me cativou, primeiro porque demonstra notório conhecimento na área de Segurança, como Diretor da Colônia Penal Agrícola de Piraquara, e também por ser praticamente um missionário nesta área. Porque o cargo que ocupa, ocupa não como um profissional propriamente dito, mas como uma vocação.

Nós falamos de vários assuntos envolvendo Segurança Pública, falamos por exemplo que a imprensa divulga bastante a ação do crime organizado, hoje geralmente focando as PCCs e congêneres, mas ele alertou de um mal tão pernicioso quando essas grandes organizações criminosas e que está presente, muitas vezes, nos nossos bairros. Ele falou sobre a existência das gangues de bairro, do confronto que essas gangues em bairros acabam desencadenado e causando uma infinidade de mortos, feridos, e acabam envolvendo-se, inevitavelmente, com entorpecentes, com drogas.

Continuamos percorrendo sobre o assunto e me impressionou bastante quando ele fez o registro que há quatro anos não há nenhum tipo de conflito na colônia agrícola, e acredito que muito se dê pela habilidade dele enquanto Diretor e pelo peso que possui no conhecimento da área. Mas, chegamos em um momento em que falamos sobre a necessidade emergente de a sociedade não mais fechar os olhos à esta realidade, que são os internos das muitas instituições carcerárias, muitas colônias, muitas casas de detenção no nosso Estado e no nosso País, porque, quer queira ou quer não, bem seria se utilizássemos todos os recursos públicos para construção de universidades, de instituições de ensino, escolas, ou em hospitais e clínicas, mas lamentavelmente não é assim na prática, porque tem que se reservar um percentual do orçamento para dar a atenção que é necessária e devida aos internos, que na verdade passa a ser um verdadeiro barril de pólvora, uma bomba-relógio que a qualquer momento, por “n” situações, tende a explodir.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Então, como disse e repito, o Dr. Lauro compartilhou comigo a satisfação de que há quatro anos não há brigas, desavenças ou tentativas de fuga, e falou sim, da preocupação com a evasão do detento, porque uma coisa é a fuga do preso, e ele registra que não há fugas há quatro anos, da parte da Colônia Penal Agrícola, mas que a evasão ainda traz dados que chegam a assustar, porque o detento, o preso, de posse do direito legal de visitar os seus familiares, direito esse determinado judicialmente, acaba se deslocando para a sua Cidade de origem, onde em tese estão os seus familiares, os seus parentes, e lá chegando se depara a uma realidade que força o indivíduo

a - isso não justifica, mas é uma realidade que tem que ser debatida - não voltar à prisão. Ora ela encontra a esposa doente, ora encontra os filhos doentes, ora encontra os seus entes queridos desempregados.

Então, inicialmente alguns, ainda esforçando-se por reintegrarem-se à sociedade, tentam um emprego. Se a Cidade é pequena ele já vem com aquela marca que torna-o marginalizado e dificilmente ele conseguirá um local de trabalho onde possa defender o sustento para si e para os seus familiares. Por quê? Porque ele é ex-detento, ou é uma pessoa que já teve passagem pela Polícia, então ele é posto à margem. Aí o desespero vai apertando e ele então, inevitavelmente, tenderá a ser acolhido, abraçado pelo crime organizado, pelos traficantes, ou sugestionado a voltar a cometer os furtos, que deram à sua carreira de crime, de violência, de periculosidade.

Então, conversando com o Dr. Lauro, detentor de todo esse conhecimento, eu questionei: mas teria um mecanismo, doutor, para que o Estado, em parceria com a sociedade e com os Municípios, pudessem ajudar a minimizar, ou de repente, a longo prazo, mudar essa situação? E ele disse: “Há situações, atitudes que podem ser adotadas, procedimentos, que surtiriam imenso resultado. Inicialmente que a Secretaria de Ação Social do Município tivesse um diálogo e firmasse um compromisso junto com a Secretaria da Segurança do Estado, para que antes de o preso receber o alvará de soltura, que lhe permite visitar os entes queridos, os familiares, que essa assistente social fosse até a casa do indivíduo para ver qual é a realidade dos seus parentes, e se colocasse à disposição, dando um suporte para que, na pior das hipóteses, quando esse detento fosse liberado, encontrasse os seus parentes, os seus entes queridos numa situação menos desfavorável, que lhe assegurasse a tranquilidade para retornar e concluísse o cumprimento da sua pena”.

Os dados de detentos que acabam se evadindo chegam a ultrapassar os 50%. E cá para nós, ninguém quer que o cidadão que ainda não cumprir pena seja solto nas ruas, esteja fora do cárcere. Mas também, em contrapartida, falta a participação da sociedade como um todo, e do Estado, interagindo entre Governo Estadual e Municipal, para criar essas ferramentas, ajudando na reintegração do cidadão para conseguir um emprego.

Então, subo a essa tribuna, Sr. Presidente, para que a voz do Dr. Lauro, através deste Parlamentar, possa ecoar, e mais do que ficar nos Anais desta Casa, quem sabe possa despertar o interesse do Governo atual para que crie algo semelhante a essa idéia e assim ganhe a sociedade e ganhe a família do interno, que realmente terá ampliada a sua chance de reintegração à sociedade.

Aproveito também, Deputado Reinhold Stephanes, para fazer o registro da solicitação do Dr. Lauro. As empresas de iniciativa privada, Deputado Chico Noroeste, que têm o maior interesse de colocar, de uma forma extensiva, parte de suas empresas na Colônia Agrícola, para oferecer trabalho aos internos, que serve inicialmente como terapia

ocupacional e também é uma forma, um mecanismo de profissionalizar o cidadão, para que o mesmo, quando posto nas ruas, tenha uma perspectiva de vida.

Sei muito bem do que estou falando enquanto Pastor. Inúmeras vezes recebi nas minhas congregações pessoas que tinham recebido o alvará de soltura, não tendo sequer o dinheiro da passagem para retornar à sua Cidade de origem, e pediam ajuda.

Fica aqui o apelo ao Poder Público, que crie um mecanismo, ou algo parecido com o do Dr. Lauro, e os empresários que também deem atenção a esse problema, que não é só dos governantes, é um problema de todos nós.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Gostaria de compartilhar a mesma preocupação com V. Exa., quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e ampliar ainda mais esse debate.

Há um certo tempo estamos preocupados, e questionamos várias vezes aqui nesta Casa, a situação dos educandários do Estado. Alertamos a respeito da precariedade de estrutura do educandário, mas isso não acontece somente em Ponta Grossa. Aqui em Curitiba alguns educandários da Região Metropolitana estão passando pelos mesmos problemas e está se tornando uma panela de pressão que poderá explodir a qualquer momento. E lá em Ponta Grossa, adolescentes fugiram do educandário, devido a essas questões estruturais, e começou uma onda de assaltos à mão armada, sequestros e terminou, na semana passada, com a morte dos dois adolescentes que teriam fugido e um policial baleado.

Nós alertamos para essa situação. E gostaria de deixar registrado, principalmente à Secretaria da Segurança, para que tenham mais atenção com relação a esse perigo iminente que a sociedade paranaense está passando.

Muito obrigado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Agradeço o aparte.

Quero fazer um apelo ao Deputado Mauro Moraes, que é Presidente da Comissão de Segurança desta Casa, para que dê uma atenção especial a essa situação. E, quem sabe, levar essa sugestão ao Governador, e vá até a Colônia Agrícola conversar com o Dr. Lauro e conseguir outras ideias, porque é interesse comum de todos nós darmos solução para o problema. Que bom seria que não existisse.

Finalmente, quando vim para esta Casa em 1999, no meu primeiro mandato, aprendi com o Deputado Moisés que o Poder Legislativo é o Poder que menos pode. E, ao mesmo tempo, quando a Assembleia Legislativa passa a integrar em determinadas situações sempre sai ganhando a sociedade e a Assembleia Legislativa acaba fazendo seu papel e ajudando.

Que a Assembleia Legislativa, através da sua Comissão de Segurança, possa dar uma atenção a essa situação, para que posamos dar a devida contribuição à sociedade, tornando referência para outros Estados de nossa Federação.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Passa-se ao Grande Expediente.

Primeiro orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Reinhold Stephanes Júnior, por 15 minutos.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores.

Gostaria de abordar um tema simples a respeito da creche Centro de Educação Infantil Castelo do Bosque. Acho que muitos aqui conhecem. É uma creche mantida pelo Governo do Estado, há 30 anos, especificamente pela Secretaria da Administração, a qual dirige durante quatro anos, e é responsável pela manutenção dessa creche. Há 19 anos essa creche está aqui no Bosque João Paulo II, bem perto da sede do Governo do Estado. Acontece que, há quatro anos, essa creche não recebe recursos e está para fechar. E não é só essa creche. São várias creches onde os funcionários do Estado do Paraná deixam seus filhos de seis meses a cinco anos de idade.

Quem é a mãe, assim como a Deputada Rosane, sabe o quanto é difícil uma mãe não ter onde deixar seus filhos. Presidente do meu partido, Deputado Waldyr Pugliesi, o meu discurso é no sentido de pedir ajuda à Casa. O assunto é tão relevante do ponto de vista macro, mas é muito importante para esses funcionários do Estado do Paraná que deixam seus filhos lá. A creche não recebe recursos e, no ano passado, último ano que recebeu, foi uma verba anual de R\$ 280 mil, R\$ 20 mil por mês, mais ou menos. Foi até o Pessuti quem assinou esse repasse da Secretaria da Administração, depois mensalmente repassa à creche. São aproximadamente 50 e poucas crianças, como falei, de seis meses a cinco anos, que ali ficam.

Por incrível que pareça, não sei daonde veio essa ideia, mas a Secretária Maria Marta enviou um ofício ao Tribunal de Contas perguntando se isso era legal. Primeiro, se há 30 anos que fazem, se há 30 anos o Tribunal de Contas aprova as contas da Secretaria da Administração, é claro que é legal. Acho que há uma má-vontade ou uma incompetência nesse assunto.

Eu diria o seguinte: se o Governo decidiu não mais manter as creches que têm filhos dos funcionários do Estado, acho que é um direito. Vai para a Prefeitura atender diretamente. No entanto, o Governo deveria ter feito isso no ano passado, comunicando aos pais para

que procurassem creches do Município. Não deveria chegar em fevereiro deste ano e dizer: “Olha, não vamos mais pagar, porque fizemos uma consulta ao Tribunal de Contas e não recebemos resposta.” ao contrário, o Tribunal de Contas respondeu.

Vou ler a resposta do Tribunal de Contas à consulta que o Governo do Estado fez se deveria ou não continuar fazendo isso: “Em atenção ao Ofício nº 747/09, encaminhado pelo Exmo. Sr. Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro, encaminho o presente processo de solicitação de liberação de recursos financeiros, sob a intenção social destinados ao Centro de Educação Infantil Castelo do Bosque. Ao Exmo. Conselheiro, Superintendente dessa inspetoria, para apreciação prévia, informamos que analisando as competências dessa inspetora, estabelecido no artigo 157 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, não vislumbramos a hipótese da pretendida apreciação. Por quê? Por quê eles não apreciam casos reais.

Isso era a base, mas além disso, o fato é que você não deixa na Creche Castelo do Bosque 50 e poucas crianças, mas são várias creches do Estado do Paraná que o Governo mantém para os funcionários públicos. Estamos falando de centenas de crianças que, agora, simplesmente os pais, foram comunicados, mais ou menos em fevereiro deste ano, que o Governo não está passando os recursos, porque não sabe se é legal ou não. Legal é, há 30 anos isso ocorre, as contas são aprovadas. Como eu falei, se o Governo não quer mais manter essa creche, deveria ter comunicado aos pais, em setembro ou outubro do ano passado.

Quero pedir à Casa que, por favor, intervenha junto à Secretaria da Administração do Governador Roberto Requião, para que primeiramente coloque em dia os atrasados. São dezenas de funcionários dessas creches que não recebem. As crianças hoje estão sendo tratadas sem condições de ficarem na creche. E é algo muito simples para ser resolvido. Como eu falei, se o Governo não quer mais as creches, se ele acha que quem tem que mantê-las é a Prefeitura, tudo bem. Que ele comunique este ano que no ano que vem não haverá mais. Há 30 e poucos anos é feito e não quer mais fazer, não há problema. Acho que problema legal não há. O que há é uma incompetência no tratamento do assunto. Os recursos existem e isso é legal, mas a maneira que estão fazendo está errada.

Peço à Casa que me ajudem, intervindo com a Maria Marta. Porque, por incrível que pareça, eu dirigi a Secretaria por quatro e acho que ela é fundamental. Tenho amigos e adoro a Secretaria da Administração e seus funcionários. Mas a maneira como a Secretária Maria Marta conduz é absurda.

Vou dar um exemplo da Secretaria da Administração, até carro inservível que vai para um órgão que recolhe os carros do Estado, que é uma sucata, vale menos de R\$ 1 mil, ela leva para o Governador autorizar para qual Município irá aquele carro. Não sei se é o Requião que centraliza demais ou se é a Maria Marta que tem medo de pegar um carro, que vale menos de R\$ 1 mil, e autorizar

que seja doado para uma instituição de caridade ou para uma Prefeitura. Até esse tipo de situação vai parar na mesa do Requião.

Quero agradecer a compreensão dos colegas e pedir apenas que intervenham nesse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Ainda no Grande Expediente, o Deputado Jonas Guimarães.

Deputado Jonas Guimarães (PMDB)

O SR. JONAS GUIMARÃES

Sr. Presidente Antonio Anibelli, demais membros da Mesa, companheiros Deputados e Deputadas.

Venho a esta tribuna para falar sobre um assunto que já foi bastante comentado pelos Deputados que aqui fizeram o uso da tribuna, sobre o Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida.

Nós, que sabemos da necessidade de habitação no nosso Estado do Paraná, do déficit de residência para as famílias deste querido Estado, é lógico que não poderíamos deixar de dizer da satisfação desse programa, em nível federal, e parabenizá-lo, mas da insatisfação da distribuição de como está programado no Estado do Paraná. O programa prevê a criação de 44 mil 172 habitações, onde 49 Municípios são contemplados.

Tenho percebido que a distribuição irregular - o nosso amigo Péricles do PT disse que o Presidente Lula, quando esteve no nosso Estado, falou que vai fazer uma modificação no programa. Se isso for feito, muito bem, senão realmente causará uma insatisfação no nosso Estado, geral. Porque 49 Municípios contemplados são 10% dos Municípios do nosso Estado. Nossa insatisfação é que na Região Noroeste do Paraná, que fique aqui bem claro, Deputado Scanavaca, Teruo Kato, nós da Região Noroeste do Paraná não fomos contemplados com nenhum habitação. Nem Paranavaí, nem Cianorte, nem Umuarama, enfim o Norte Pioneiro muito menos.

Estava verificando nesta listagem, Rolândia foi contemplada. Em seguida vem Cambé, Londrina, Ibi- porã, Jataizinho. Cinco Municípios, um junto com o outro. Agora, quando se diz que o Município tem que ter acima de 50 mil habitantes, vi na relação, Município como Ângulo, por exemplo, não tem mais que 4 mil habitantes.

Sinceramente, não estou entendendo. Espero que haja realmente um consenso dentro do Governo Federal para que possamos modificar. Nós como Deputados Estaduais, sabemos da necessidade de cada Município. Ligar-me ontem, hoje, Prefeitos pedindo a nossa interferência, que fizéssemos um manifesto para falar com os nossos Deputados Federais, o Governo Federal, para que haja uma melhor redistribuição no nosso Estado do Paraná. Porque quantos Municípios assistiram pela mídia de 1 milhão de casas, lógico, sempre pedimos aos

Prefeitos: se preparem com os terrenos, oficializem, para quando sair o programa estarem aptos para implantar a habitação no seu Município.

Por isso, quero aqui deixar os meus agradecimentos ao Governo Federal, mas pedir, ao mesmo tempo, que haja um consenso, uma melhor distribuição não só no Paraná, mas no nosso País.

Sabemos do inchaço que hoje tem nos grandes centros, porque no passado as maiores indústrias eram as que vinham para os grandes centros. Migrava o pessoal da agricultura, dos pequenos Municípios para os grandes centros. Hoje, temos necessidade de pessoas para trabalhar, mas temos um déficit de moradia de quase 6 mil habitações. Faz quatro anos, o meu irmão é o Prefeito de Cianorte, adquiriu o terreno para a construção de casas populares e até hoje não conseguimos construir nenhuma casa.

Acredito que dentro em breve vamos começar as construções através da COHAPAR, mas este grande programa anunciado pelo Presidente da República, queremos participar, sim, todo o nosso Estado e o nosso Brasil. Não podemos atender a 10% das moradias em determinados Municípios e deixarmos de lado os demais pequenos, daquelas famílias que não querem se mudar, que precisaram sair do seu sítio, da sua chácara e vieram para a Cidade.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Deputado Jonas me concede um aparte?

(Assentimento)

V. Exa. está abordando um assunto que já foi abordado nesta Casa hoje pelo Deputado Romanelli, Deputado Welter e outros Parlamentares. O fato é que a Casa é, de fato, uma prioridade absoluta, porque nenhuma família tem uma vida digna se não tiver um lar para viver. E na verdade, o Governo Federal lançou este programa, criou uma expectativa positiva nas famílias, mas de pronto já sabíamos que era um projeto que estaria aquém para cumprir o déficit habitacional que existe hoje no Brasil. Só no Paraná são 200 mil casas, 20% do programa.

Não podemos nem pensar em nos comparar com São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, que são Estados que têm população bem maior do que o nosso. Mas também, o Programa, hoje, já foi alterado pelas informações que já foram dadas para atingir todos os Municípios do Brasil. Agora vai depender da capacidade de cada Município de fazer doação do imóvel, regularizar a doação, entrar em contato para que possa receber as casas e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Temos que reconhecer que a COHAPAR está “pisando no tomate”. Ela não tem, efetivamente, feito um trabalho como vinha sendo feito na época em que o nosso Deputado Luiz Claudio Romanelli era o Presidente da COHAPAR. De fato não adianta ficarmos jogando pedra no telhado alheio e não olharmos para o nosso quintal.

Infelizmente reconheço isso, como Deputado do PMDB, existe por parte da COHAPAR uma falta de iniciativa, talvez, para que as coisas possam andar com mais rapidez e para que a COHAPAR consiga atender o grande déficit habitacional que existe no Paraná, nas grandes Cidades, nas pequenas Cidades, em todos os Municípios do nosso Estado.

Por isso pedi o aparte para V. Exa. porque sei que é um Deputado do interior do Paraná. Não adianta falarmos que Cianorte precisa de casa se não fizermos a nossa parte.

Todos nós precisamos é reconhecer aquilo que está sendo feito e lutarmos para que aquilo que não está sendo feito seja realizado, a fim de que a população do Paraná seja beneficiária das ações, das pessoas públicas que ocupam cargos públicos no nosso Estado, seja na Câmara de Vereadores, na Prefeitura, aqui na Assembléia, também no Governo do Paraná e no Congresso Nacional, através dos nossos Deputados Federais e nossos Senadores.

O SR. JONAS GUIMARÃES (PMDB)

Agradeço a sua fala e é por isso que estou aqui. Como Deputado estou fazendo a minha parte. Precisamos nos mobilizar, não só nesse programa federal, mas no estadual também.

O Sr. Elton Welter (PT)

Quero parabenizar o seu pronunciamento, somos solidários a essa luta e, no dia de hoje, ouvi o Presidente da República comunicando que o benefício das moradias será estendido aos Municípios menores, pequenos. Por decisão do Governo Federal, nenhum Município vai deixar de ter palavras do Presidente, recursos na proporção FPM que recebeu em 2008, também na mesma proporção em 2009.

O SR. JONAS GUIMARÃES (PMDB)

Acredito no que o Presidente disse, acredito no programa, temos que sempre pensar positivo. Não estive falando, ouvi o Presidente, por isso eu já tinha o pedido dos Prefeitos. Estamos acompanhando, é um grande programa, inédito no nosso País.

Precisamos nos mobilizar e trocarmos mais ideias, porque a necessidade de moradia é muito grande. Como disse o Deputado Nereu, tem outros Estados que precisam mais do que nós, mas temos que fazer a nossa parte aqui no Estado do Paraná, porque somos Deputados Estaduais, e os Federais, lógico, cada um trabalhando em seu Estado. Sabemos das necessidades que o nosso Paraná tem e os pequenos Municípios também. Os Municípios pequenos estão se mobilizando, procurando trazer indústrias, precisamos de moradia. Por exemplo, em Mariluz, o Governo do Estado vai implantar lá uma grande escola de profissionalização, mas não está contemplado com as moradias.

Acho que uma coisa tem que caminhar junto com a outra. Se pegarmos 300 Municípios e fizermos 300 casas em Municípios pequenos, vai dar 24 mil casas; sobra ainda 20 mil casas para serem distribuídas nos grandes centros e nas outras Cidades.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Primeiro quero parabenizá-lo pela sua ousadia em questionar esse assunto, porque realmente a sua região não foi contemplada, porque foi um erro inicial do programa, que parece que está sendo reformulado e vai abranger todas as Cidades do Brasil. E o Paraná tem um déficit habitacional muito grande. Na hora que se faz um programa como esse, região como a sua não poderia ficar de fora. E espero que não seja como a COHAPAR fez há um tempo atrás, lançou e não cumpriu. Não é o Rafael Greca, mas lançaram e não cumpriram. Virou promessa de campanha. Espero que seja diferente. Acredito que seja diferente e que a sua região, Deputado Jonas Guimarães, seja contemplada.

Muito obrigado.

O SR. JONAS GUIMARÃES (PMDB)

Eu quero agradecer. Espero que todos os Municípios do Brasil possam ser contemplados. E assim acontecendo voltarei a esta tribuna para parabenizar mais uma vez o Governo Federal e a todos.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:**O SR. PRESIDENTE (Anibelli)**

No horário da Liderança do PT, concedo a palavra ao Sr. Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello**O SR. PÉRICLES DE MELLO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acho que uma crítica consistente ao plano de moradia do Governo Federal, Minha Casa Minha Vida, está no jornal Estado de São Paulo onde alguns urbanistas, em profundidade, tecem alguns comentários críticos a esse programa e mostram também os dois lados do programa. Essa é a crítica fundamental, aquela que deve ser analisada e interpretada para compreender melhor o Brasil e a sociedade brasileira a questão fundiária, a questão da terra urbana. É o grande problema que se coloca a democratização da habitação popular no País.

Agora, existe uma crítica também normal, que é da política cotidiana. Minha Cidade não tem casas. Isso é normal. Agora, é impossível um programa de 1 milhão de moradias atingir todos os Municípios. Por mais que o Governo Federal se esforce, nunca aconteceu no nosso País um programa que tenha atingido simultaneamente todos os Municípios.

Sabemos que o programa do Governo Federal é um programa que tem o objetivo de diminuir a crise econômica, de gerar emprego. A construção civil é uma das grandes fontes geradoras de emprego do Brasil, da economia brasileira, principalmente para as camadas mais pobres da população, porque é o emprego menos qualificado, de fácil acesso para a população marginal.

Então, esse é o primeiro objetivo do programa, que é muito importante. E formalizado, porque como é um programa mais dirigido a empreiteiras da construção civil, é uma direção à economia formalizada, ou seja, o operário vai ter uma carteira assinada, vai trabalhar na construção de casas que vão servir a sua classe social. Esse objetivo acho que deve ser enaltecido. E o Governo Federal fez uma autocrítica, conversava com o Ministro Paulo Bernardo em Ponta Grossa numa reunião do PT e ele falava: “Eu coloquei no Governo essa questão, o pessoal não anotou na hora e saiu esse erro.” Porque no levantamento do Governo, 87% do déficit habitacional brasileiro está justamente nas Cidades com mais de 50 mil habitantes. Mas 13% está em Cidades menores. Não precisava o Governo ter colocado isso. Foi um erro totalmente desnecessário e ainda bem que o Governo corrigiu.

O que cabe aos Municípios e suas lideranças é se organizarem, cobrarem do Prefeito que tenha um estoque de terra, que faça uma legislação urbana que puna a especulação imobiliária, que decrete áreas de interesse social, loteamentos ou áreas de terra dentro do perímetro urbano, que caia o preço da terra e que permita a comercialização mais fácil para as camadas mais pobres. Isto é importante.

Agora, lembrar ao Deputado Douglas Fabrício que não fosse a propaganda do Governo Federal, necessária neste caso, talvez ele não estivesse discutindo este tema conosco. Esta propaganda foi capaz de fazer com que todo o povo brasileiro se ligasse a este problema, estruturando o Brasil.

Moro numa Cidade que é das mais antigas do Paraná. Ponta Grossa foi durante muito tempo segunda Cidade do Paraná, a primeira do interior. Hoje ela é, em população, a quarta cidade. Um pouco maior que Foz do Iguaçu, que Cascavel. Ponta Grossa tem 13% da população morando em favelas. Tem um perímetro urbano maior que Londrina, 30 mil lotes ociosos, regulares, loteamentos, e uma quantidade enorme de terrenos baldios na Cidade.

A população é obrigada, ou a morar próximo aos córregos, ou em sobras de terrenos públicos, faixas de estradas de ferro e assim por diante. Ou seguir a terra mais distante possível da Cidade. Em Ponta Grossa temos um loteamento que fica a 14 quilômetros do centro da Cidade. Loteamento Borsato, é mais ou menos isso. O Borá também.

A verdade é a seguinte: enquanto não tocarmos no problema fundamental que é a questão da democratização do acesso à terra urbana, não teremos solução eficiente para a questão habitacional. Alguns urbanistas que foram entrevistados no jornal O Estado de São Paulo, colocam com muita propriedade: o Governo vai fazer 1 milhão de habitações, se conseguir. Nós temos um déficit habitacional de 8 milhões de moradias e, contraditoriamente, temos 6 milhões de moradias ociosas. Casa de aluguel que não estão alugadas, casas abandonadas, casas privadas e casas públicas, imóveis públicos.

Enquanto não for feita alguma coisa em profundidade, a solução é difícil. Vejam que contradição. E quem está lançando este programa é um Governo de Esquerda. Os militantes do PT e dos partidos que o apoiam têm uma tradição de luta pela reforma urbana, pelo Estatuto das Cidades. Mas só a vontade não basta. Fui Prefeito de Ponta Grossa, cheio de sonhos, como o senhor, Deputado Valdir, foi Prefeito três vezes da sua Cidade, um excelente Prefeito, conhecido e respeitado, nós enfrentaremos a inércia, o poder cartorial, que é muito forte no Brasil. Quem lida com regularização fundiária, para conseguir um usucapião de solo urbano é a coisa mais difícil do mundo! Por mais que a lei diga que é fácil, vai ter que passar por cartório e demora não sei quanto tempo. Até fazer o loteamento no Brasil, demora três anos para regularizar um loteamento. Está uma burocracia, o conflito e a dualidade que existe no País, entre o Poder do Município, a Prefeitura, os conflitos que existem entre estes entes, a contratação de profissionais, como tipógrafos, advogados, para fazer valer o direito das pessoas.

Realmente, é uma questão muito complexa. E deve ser criticado este programa. Mas, acho que diante da crise que tem se agravado no mundo inteiro, diante do problema do desemprego que aumentou, diante do déficit profundo de moradia, não existir uma forma mais ágil para o Governo Federal, neste momento imediato, de se fazer, do que esta. E este programa teve o condão de colocar novamente no debate brasileiro estas casas.

E se o Governo fizer um número menor de casas do que propôs, vai sofrer um desgaste político profundo. Acho que esta análise é a que deve ser feita. E acho que as lideranças das Cidades pequenas devem se organizar e cobrar do Governo Federal, cobrar dos Prefeitos que sigam os critérios. O programa tem critérios. O Prefeito tem que oferecer lotes de terras, oferecer isenção de impostos, quando existir e for possível, e assim vai ser mais facilmente selecionado. E o Município tem que ter um déficit habitacional. Como não vai ser possível construir casas para todos, tem que ter critérios racionais e justos para escolher os Municípios que vão ter casas. É impossível todos os Municípios terem.

Então, aquele Município que tem uma população pobre em maior percentagem, que tem um maior déficit habitacional, que tem mais necessidade para estancar o êxodo rural, de construir habitações, que tem maior número de desemprego, esse vai ser privilegiado, e tem que ser assim, porque infelizmente o Governo Federal não pode, em curto prazo, fazer casas para todos, já que o déficit habitacional é de 8 milhões e o Governo propôs o maior programa da história, de 1 milhão de casas. Não sabemos se vai chegar a esse limite, mas não teria outra alternativa. tais programas são muito importantes para que voltemos a discutir a realidade urbanística do Paraná e do Brasil.

Vou citar um exemplo, pois comecei a exercer o mandato de Prefeito e decidi fazer o IPTU progressivo em Ponta Grossa: aquele proprietário que tem 20 lotes,

para especulação imobiliária, vai pagar mais, proporcionalmente, a cada lote, aquele que tem dois e assim por diante. Só que não havia pesquisa nem dados na Prefeitura para saber a distribuição fundiária da Cidade, sendo uma Cidade que tem uma universidade respeitada, como é a UEPG. E aí o Prefeito pode errar, porque fomos pesquisar e descobrimos que pessoas muito pobres tinham dois lotes, porque compravam um lote na periferia mais distante, para tentar guardar para o filho e assim por diante. Então, se eu tivesse feito uma lei que atingisse pessoas com dois lotes, atingiria quem eu não queria atingir, que era a população pobre.

Então, é uma série de questões que afligem, que sem dúvida muitas coisas terão que ser alteradas, como a ideologia da propriedade privada, a concentração da terra rural, que se transforma em concentração da terra urbana, porque à medida que a Cidade se expande, ela tem que incorporar ao seu território urbano terras rurais, que são concentradas nas mãos de poucos e acaba havendo concentração da propriedade urbana também, a criação artificial de valor nos condomínios fechados, a especulação imobiliária cruel na história das nossas Cidades, que põem as pessoas mais pobres no abandono da periferia, a segregação urbana, que é uma das críticas que esse sociólogo faz.

Desses programas habitacionais, ele citou alguns Países da África do Sul e o Chile, que induziram no mesmo erro, como a utilização de terrenos muito distantes, se reúne toda a população pobre no mesmo território, segrega a população pobre das outras populações, o que é muito ruim para a construção democrática, e para a troca de experiências culturais. Pode ser que ele siga esse padrão muito esquisito de habitação no Brasil, mas diante do que se propõe a fazer, acho que o programa deve, apesar das críticas que também devem continuar sendo exercidas sobre ele, deve ser elogiado pelo papel de gerar emprego e pelo objetivo claro de alocar recursos do orçamento do Governo Federal para construir casas, que é uma necessidade fundamental do ser humano.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, no horário da Liderança do Bloco PTB/PR, Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Só esclarecer, Sr. Presidente, que costumo acompanhar as Sessões, tanto é que o Deputado Belinati falou ontem das presenças, o Deputado Durval tem um ponto de vista e cabe a cada um ter o seu ponto de vista, mas eu não falto a nenhuma Sessão. É um critério que cada Deputado tem e acho que cada um pode fazer o que bem entender nesta Casa, no que se refere a presença. Tenho por capricho não faltar a nenhuma Sessão desde o início

deste mandato, porque acho que o mínimo que podemos fazer é não faltar às Sessões Plenárias, porque entendo que ajudam em todos os momentos, sendo primeiro a dar quórum, em segundo para aprovar os projetos e, em terceiro, discutir os projetos. E toda vez que me sento ali, mesmo às vezes escrevendo alguma coisa ou conversando, o meu ouvido de radialista me permite estar atento às Sessões e dificilmente me engano quando solicito alguma coisa. Então, Sr. Presidente, não é questão de ceder, pois estou falando no horário do PTB, que é habitual neste horário aqui da Casa.

Mas o tema que me traz à esta tribuna hoje, Sr. Presidente, vi aqui hoje comentários sobre pedágio. Pedágio é aquela velha história: a concessionária tem um contrato feito pelo Governo lá atrás, tudo começou lá atrás, próximo a eleição se deu um desconto de 50%, passou a eleição e desenvolveu-se o aumento. O Requião, claro que usou o pedágio para se eleger, não adianta tapar o sol com a peneira. Pedágio é aquele velho discurso, todo mundo quer pegar essa onda mas sabemos onde vai terminar: Poder Judiciário, disse bem o Deputado Romanelli aqui. O Poder Judiciário é que define, até hoje nada aconteceu, porque tem o quê? Tem um contrato feito lá atrás e que vai ser executado pelas empresas, e a Justiça decide. É como o aumento que é dado, quando se faz aqui, na semana passada o aumento do salário-mínimo regional.

Lá na Câmara Municipal, quando foram votar o aumento que o Beto Richa deu aos servidores, o Beto deu seis e pouquinho; a Oposição que lá é o PT e o PMDB, pediu 14% de aumento, e os Partidos PPS, PDT, PSDB, que são a bancada, derrubaram as emendas. O mesmo ocorre aqui na Assembleia, Deputado Anibelli, V. Exa. sabe. Aqui a Oposição dá os gritos, normal, faz emendas, que sabe que não vai aprovar, cai e acabou. Lá na Câmara é uma coisa, aqui na Assembleia é a mesma coisa; lá Oposição, aqui Situação. Coisas do Poder Legislativo.

O povo que está em casa precisa saber que é assim, não adianta querer enganar. É verdade, lá a Oposição é o PT e o PMDB, faz emenda, aqui se derruba as emendas. Aqui se faz emenda contra o Requião, lá contra o Beto Richa. É o Parlamento, Municipal e Estadual. Como contas de Lerner e Requião, V. Exas. sabem disso, tanto se fala, contas do Lerner e do Requião foram aprovadas nesta Casa. No mesmo dia, os dois anos finais de Lerner todo mundo votou a favor; contas de Requião, dois anos, tudo a favor, com um monte de restrições. Tudo acertado naquele dia, Oposição e Situação votaram. Vota-se as contas do Requião, vota-se a contas de Lerner. O povo precisa saber que é assim que funciona, não adianta, estamos ao vivo aqui, tem que parar de querer fazer mídia em cima disso.

E finalmente, Sr. Presidente, Segurança, hoje o nosso Governador em exercício está lá em Ponta Grossa, e é evidente o Deputado nunca falta em entrega de viatura: "Não, tem que estar lá, tirar uma foto". Eu já faltei a muitos desses eventos, até porque tem o plenário aqui. Mas hoje Ponta Grossa recebe quatro viaturas do SIATE.

E por que está recebendo? Porque estava programando as viaturas do SIATE, há uma troca constante dos equipamentos, principalmente de saúde, como é o SIATE. Então hoje troca-se as ambulâncias porque estavam programadas as trocas, porque fazia anos que aquelas ambulâncias estavam lá e precisavam ser trocadas. Isso que está acontecendo neste momento.

Como também a onda de violência, meninos, jovens que assaltam, eu faço rádio todo dia lá em Ponta Grossa, vou e volto todos os dias para não perder esse contato, e durante essa confusão que teve lá em Ponta Grossa, nos menores que a Polícia atirou, são os mesmos que cometeram vários crimes e que mataram um pai de família lá em Castro também, e que debateram com a Polícia, que com todas as suas dificuldades, Sr. Presidente, vai ao enfrentamento, vai à luta, com as dificuldades cumpre o seu papel que é proteger, e tem feito o que pode. Agora, quando você fala de Segurança é preciso ter muita cautela, porque se expõe uma Cidade a momentos difíceis.

Se pegarmos as estatísticas de Ponta Grossa hoje, que sempre teve os números mais baixos, proporcionalmente as Cidades do Paraná, tem acontecido fatos históricos nos últimos dias. Em função de quê? Como que o jornalista vende o jornal? Como o bananeiro vende a banana? Gritando! Chama a atenção e vende o seu produto. É a mesma coisa com a Segurança. Quando você coloca em risco a Segurança você acaba proporcionando fatos que são ruins para uma Cidade.

Nesse episódio que aconteceu em Ponta Grossa foi um confronto muito difícil, um policial saiu ferido. Não, o policial não saiu ferido. O policial que estamos falando é o Tenente Clodoaldo. Um policial severo, combatente, guerreiro, preparado e que vai à luta, que enfrenta. Esse Tenente levou um tiro nas costas. Por incrível que pareça, o Tenente Clodoaldo não se feriu porque estava usando um colete. Aqueles coletes vencidos, foi o que salvou a vida do Tenente Clodoaldo. Ele me dizia que foi o colete vencido que salvou a sua vida.

Não sou especialista, sou radialista, Segurança Pública tem que ter muito cuidado, porque acima da política e da mídia está o direito dos nossos filhos de andar pela rua.

Quando fazemos mídia acima do que poderíamos fazer a responsabilidade acaba chegando em nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No horário da Oposição, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança da Oposição: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna da Oposição para falar a respeito do pronunciamento do Líder do Governo, Deputado Luiz

Claudio Romanelli. Estava vindo de Ponta Grossa e acompanhava o pronunciamento exatamente no momento em que pagava o pedágio.

Nós da Oposição temos a mesma opinião da Bancada Governista nesse sentido, apenas com um diferencial: não achamos justo o preço da tarifa do pedágio. É claro que é abusivo. É claro que a tarifa de pedágio, no Estado do Paraná, é extremamente alta.

Só existe um diferencial nos debates entre o Governo e o lado de cá, a Oposição: nós também cobramos, Sr. Deputado Antonio Anibelli, uma posição mais firme do Governo do Estado com relação a isso também. Fizemos uma reunião da Comissão de Obras e Transportes, onde tínhamos a presença de sete Parlamentares. Fizemos diversos questionamentos, mas abrimos a reunião fazendo aquele questionamento que todo cidadão paranaense gostaria de fazer ao Procurador, Sr. João Chiminazzo Neto, que representava todas as concessionárias do Estado do Paraná. Perguntei a ele: Sr. João, sinceramente, o Sr. acha justo o valor da tarifa de pedágio no Estado do Paraná? E a resposta foi a seguinte: “Sr. Deputado, acho que a tarifa é adequada para o momento.” Não citou a palavra justa, mudou o vernáculo. Eu não acredito que nem adequada ela seja.

Fizemos outros questionamentos a respeito, também, das concessionárias, da Ecocataratas, do aditivo que foi feito inclusive pelo Governo Requião. Infelizmente, quando falo o Governo do Estado, cada cidadão vai ter que pagar, e muito caro, pelo aditivo que foi feito. Na minha interpretação, o aditivo que desonera a responsabilidade da Ecocataratas de fazer a duplicação entre Foz do Iguaçu e Guarapuava, Srs. Deputados, a concessionária não tem mais a responsabilidade em fazer a duplicação que estava prevista no início do contrato, porque foi feito um aditivo. Nem o Governo, nem a concessionária, cumpriram o acordo feito entre cavaleiros, e quem está pagando o pato é cada cidadão paranaense que faz esse trajeto.

Deputado Belinati, um caminhoneiro que sai de Foz do Iguaçu e vai entregar a carga em Paranaguá paga R\$ 240,40 em quatro eixos. Eu estava falando com um engenheiro agrônomo, agora há pouco, que me disse: “Marcelo, você sabia que a soja sai do campo, muitas vezes, com preço inferior ao mercado internacional, ao preço praticado, por exemplo, nos Estados Unidos, e chega em Paranaguá praticamente inviabilizado para o comércio exterior devido as diversas taxas, inclusive as taxas do porto, mas principalmente as taxas de pedágio.” Ou seja, é inconcebível termos que atuar essa situação. Estamos reféns das tarifas de pedágio. Aqui concordo com o Deputado Luiz Claudio Romanelli quando ele diz: “Fizeram mal feito no passado!” Estou respondendo aqui pela Oposição, mas não sou “lernista”. Pelo contrário, naquela época, votei em outro candidato. O que eles fizeram no passado foi um grande erro. O cidadão paranaense, hoje, é realmente refém dessas tarifas abusivas.

Fizemos outros questionamentos, Deputado Fernando Ribas Carli, com relação aos eixos suspensos. Hoje, no Estado do Paraná, os caminhões pagam todos os eixos naquele sistema Via Fácil e isso não acontece, por exemplo, em São Paulo. Perguntamos ao Sr. João Chiminazzo por que isso não é praticado no Estado do Paraná e a resposta veio clara: é porque não existe uma legislação, é uma questão técnica, precisava apenas adaptar tecnicamente as praças de pedágio para que os eixos suspensos não fossem cobrados. Também citou alguns casos de fraudes, que eletronicamente alguns caminhoneiros poderiam levantar os eixos. Mas isso é uma questão de fiscalização, Deputado Fernando Carli. Fiscalização. O direito tem que ser assegurado.

Por isso, Deputada Cida Borghetti, Deputado Ney Leprevost, encaminhamos à Assembléia um projeto de lei proibindo a cobrança dos eixos suspensos no Estado do Paraná, como é feito em São Paulo. Está tramitando.

Peço ao Deputado Durval Amaral, da CCJ, para que esse projeto tenha uma atenção especial dos nossos Parlamentares e que passe com a maior celeridade, para que possamos votar aqui no nosso Plenário, com a maior rapidez possível, para assegurarmos o direito a todos os caminhoneiros e empresas de transporte. Porque não é possível, não pode mais acontecer essa cobrança ilegal e imoral dos eixos suspensos nos caminhões nas praças de pedágio.

Concedo um aparte ao Deputado Artagão.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Deputado Marcelo Rangel, quero me solidarizar com V. Exa. Temos travado aqui diversas discussões a respeito do tema pedágio. Há poucos dias usei da palavra aqui em um momento do Pequeno Expediente, dizendo que o Brasil vive uma crise na qual todos estão se movimentando e mobilizando, no sentido de ajustar as demandas, as necessidades e as realidades em função desse momento em que vivemos. E as únicas que não se preocupam com isso, até o presente momento, são as concessionárias de pedágio. Haja vista o aumento que tivemos em dezembro, em função do contrato, já em um momento de crise internacional. Diversos projetos aqui foram analisados e aprovados. Infelizmente não puderam prosperar em função das amarras contratuais.

Dizer a V. Exa. que certamente tem o meu apoio: que é inaceitável a cobrança do eixo suspenso; que em São Paulo, como V. Exa. usou como exemplo, é cobrado um único sentido. A família da minha esposa reside no Município de Presidente Wenceslau, perto de Presidente Prudente, onde você paga o pedágio em um sentido e na volta não paga. Já fiz um projeto similar a esse e, infelizmente, foi barrado em função da sua inconstitucionalidade, baseado nos contratos existentes. Mas entendo que agora até o Poder Judiciário deveria se manifestar. Porque o interesse público, sobretudo, está sendo desrespeitado.

A economia nacional, a paranaense, não aguenta mais a sobrecarga que hoje nos é imposta, através das tarifas de pedágio. Algumas praças de pedágio, há 25 quilômetros uma da outra, V. Exa. sabe muito bem, Ponta Grossa a Curitiba, Curitiba sentido Palmeiras, e outras tantas existentes, não é mais aceitável essa realidade.

Tivemos, através da Comissão de Fiscalização, eu como Presidente e os demais membros, diversas vezes reunidos com a Secretaria dos Transportes, com as Associações das Concessionárias, buscando entendimento e não houve até hoje. Mas acho que é a hora e o momento, a nossa economia suplica, a população paranaense precisa. Se não for pela possibilidade jurídica, que exista uma boa vontade manifestada através das concessionárias. Vamos por um tempo, até que a economia volte a crescer, suspender o aumento.

Parabéns a V. Exa. Conte com o nosso apoio.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Muito obrigado.

Deputado Artagão, fiz o questionamento ao Sr. João, se existe a possibilidade de baixar o pedágio no Estado do Paraná. Ele me respondeu que sim, mas tem que existir o diálogo entre concessionárias e o Poder Executivo. Fizemos a seguinte sugestão, através da comissão: que a Assembleia seja a intermediadora e que nós, em uma pauta previamente agendada, possamos discutir aqui com condições feitas pelo Poder Executivo e pelas concessionárias, para que o cidadão paranaense possa usufruir desse direito. Porque a taxa de retorno dessas concessionárias foi baseada, naquela época, em torno de 20%, que hoje é inaceitável nas taxas de mercado. As concessões são sete ou oito do Governo Federal. Se baixássemos para 15% da taxa de retorno, já o ajuste seria considerável. Por que não vamos fazer essa intermediação?

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Aí que entra a necessidade do Poder Judiciário. Porque isso é lesivo à economia paranaense. A taxa de retorno está abusiva e evidentemente V. Exa. está caminhando muito bem na busca da solução. Também fizemos isso, através da Comissão de Fiscalização. O que não se pode fazer, talvez, é condicionar uma redução à uma compensação,

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Foi importante, Deputado, o senhor tocar nesse assunto, porque eu citei. Só existe essa condição, do prolongamento do contrato? Ele disse não. Existem outros fatores, de repente até que possa, excluir o prolongamento do contrato para baixar realmente a tarifa de pedágio do Estado do Paraná.

Mas, principalmente, Sr. Presidente, neste momento eu queria exigir o que está previsto no contrato feito naquela ocasião. A agência reguladora de concessionárias. Está previsto no contrato que teria que existir uma agência reguladora. E nós vamos fazer essa exigência de maneira parlamentar, através da Assembleia Legislativa. E isso precisa ser feito imediatamente por parte do Poder Executivo, mandado a esta Casa para que aprove-mos o que já está previsto em legislação.

Sr. Presidente, só quero deixar registrado que também a Bancada da Oposição considera injusto o preço do pedágio no Estado do Paraná e precisamos coibir abusos nesse sentido.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 026/09, subscrito pelo Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, solicitando a mudança de horário e data da Audiência Pública sobre Segurança, do dia 12 de maio para 13 de maio às 10h no Plenário Deputado Luiz Gabriel Sampaio. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 378/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a execução de obra de construção de viaduto na PR-323, final da Avenida Maranhão, no trevo de acesso a São Lourenço em Cianorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 379 a 382/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, viabilização de uma Biblioteca Cidadã para os respectivos Municípios: Almirante Tamandaré, Araucária, Agudos do Sul e para cada uma das nove regionais do Município de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 383/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, a doação de uma ambulância para o Hospital Universitário de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 384/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano, a aquisição de caminhão de lixo para o Município de Flórida. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 177/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação de Reflexão e Ação Social Aras, com sede e foro no Município de Maringá **Aprovada. (Publ. no DA nº 039/08, de 29/04/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 027/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que institui o Dia da Lituânia e dos Lituanos, no Estado do Paraná, a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de fevereiro. **Aprovada. (Publ. no DA nº 006/09, de 11/02/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 006/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de março de 2009, Resolução nº 003/04. **Aprovada. (Publ. no DA nº 032/09, de 08/04/09, em 1º Discussão).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública o Núcleo Londrinense de Redução de Danos, com sede e foro do Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 489/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que institui a notificação compulsória a ser adotada pelos estabelecimentos de ensino, no de violência contra a criança e o adolescente no âmbito do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDDMCA e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/09, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, que concede título de Cidadão Benemérito ao Dr. Paulo Roberto Slud Brofman. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a garantia do diagnóstico precoce do câncer de mama e do serviço radiológico do tipo mamográfico nas Cidades-Polo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **(Publ. no DA nº 139/08, de 19/11/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 505/08

P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria do Deputado Ney Leprevost que dispõe sobre a garantia do diagnóstico precoce do câncer de mama e do serviço radiológico do tipo mamográfico nas Cidades-Polo.

Em síntese, a proposição impõe ao Estado do Paraná a obrigação de fazer consistente na garantia do diagnóstico do câncer de mama em todo Estado do Paraná.

Em que pese os relevantes serviços que a assessoria técnica da CCJ tem prestado à Comissão ouso dela discordar nesta análise.

A proposição não interfere na estrutura e organização da Secretaria de Estado da Saúde, portanto, não fere a competência privativa do Chefe do Executivo.

Está plenamente preservada a prerrogativa do Governador estampada no artigo 66 da Constituição Estadual.

É competência do Estado do Paraná legislar sobre a matéria e não está no rol daquelas matérias cuja competência para iniciar é exclusiva do Chefe do Executivo.

A proposição sob análise impõe ao Estado a obrigação de manter uma política de preventiva que está em consonância com o preceito constitucional da dignidade da pessoa humana e ao direito à saúde previsto no artigo 6º da Constituição Federal.

Está também em consonância com o princípio da universalização do SUS.

No mesmo sentido, deve-se dizer que não se está impondo nova despesa ao Estado pois a política pode ser desenvolvida com o orçamento já aprovado sem que implique aumento de despesa.

Pode haver controvérsias quanto ao mérito pois a mesma proposta poderia já estar inserida nas políticas preventivas estatais, mas não cabe a esta comissão adentrar ao mérito.

Matéria de tamanha importância deve ser submetida ao crivo do plenário do Poder Legislativo do Paraná.

Por estarem presentes os requisitos formais e legais, o parecer é pela constitucionalidade da proposição, podendo a mesma seguir seu trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/02/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 505/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a garantia do diagnóstico precoce do câncer de mama e do serviço radiológico do tipo mamográfico nas Cidades-Polo.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de mediada de prevenção e detecção precoce de uma doença assustadora. Todas estas consequências a este dispêndio poderia ser reduzido radicalmente se o diagnóstico desta enfermidade fosse realizado precocemente e isto só é possível com o auxílio de um exame de mamografia.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 10/03/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
DR. BATISTA - Relator

Em discussão. Em votação.

Para encaminhar Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Para encaminhar)

A Assembleia Legislativa do Paraná, hoje, através das Sras. e Srs. Deputados, tem uma oportunidade histórica e talvez única de contribuir definitivamente para a redução dos casos de câncer de mama, que afetam tantas e tantas mulheres no nosso Estado e no nosso País.

(Lê):

“Temos a informação de que cerca de 19 mil vidas são ceifadas a cada ano em consequência do câncer de mama, doença que tem um incidência cada vez maior. No

Brasil, somente no ano de 2006, foram constatados cerca de 51 mil novos casos, sendo a maioria detectado em um estágio avançado, tornando praticamente impossível a sua cura.

A presente proposição tem por objetivo a prevenção e detecção precoce de uma doença assustadora, principalmente no meio feminino, já que o sexo masculino também pode ser acometido por tal enfermidade.

Sabemos que 2/3 dos tumores mamários, quando detectados, já estão em fase avançada, trazendo ao paciente e seus familiares uma série de consequências maléficas e um dispêndio muito grande aos cofres públicos.

Podemos citar algumas consequências como a mutilação do paciente através da mastectomia, muitas vezes bilateral, reações adversas quanto ao tratamento cirúrgico, radioterápico e quimioterápico e sofrimento psicológico do paciente e familiares.

Dados do Instituto Nacional do Câncer - INCA, e do Ministério da Saúde, dão conta de que em uma expectativa de vida de 70 anos, o total de mulheres atingidas pela doença tem uma perda em anos potenciais de vida na ordem de 483 mil e 28. Levando por base o PIB per capita do Brasil, no ano de 2005, que foi de US\$ 6 mil 771, chegamos a um montante de US\$ 3 bilhões 270 milhões 582 mil e 588 perdidos a cada ano.

Todas estas consequências e este dispêndio poderiam ser reduzidos radicalmente se o diagnóstico dessa enfermidade fosse realizado precocemente, e isto só é possível com o auxílio de um exame de mamografia.

Nossa proposição dita que todos somos responsáveis e temos cotas a cumprir para o equilíbrio destas discrepâncias, assim estabelecemos que a instalação deve ter a primícia da parceria entre a União, Estados e Municípios para aparar as arestas da má distribuição dos equipamentos de mamografia que salvam milhares de vidas anualmente devido a capacidade de detectar o câncer de mama em sua fase inicial.

Isto posto, temos a certeza de que esta proposição terá um trâmite acelerado entre as comissões e aprovada nesta Casa.”

Pedimos o voto dos Deputados para que seja favorável. A presente proposição foi apreciada pela CCJ e pela Comissão de Saúde obedecendo e obtendo pareceres favoráveis de ambas comissões.

Veja bem, Deputado Antonio Anibelli que preside esta Sessão, durante muitos anos o Ministério da Saúde incentivou as mulheres a fazerem o exame de câncer de mama em sua residência, utilizando apenas as mãos.

Muitos devem se lembrar daquela propaganda com a fabulosa atriz Cássia Kiss, onde ela aparecia de seios nus na televisão, ensinando as mulheres a fazerem autoexame.

No entanto, o Dr. José Aristodemo Pinotti, médico conceituado, que pelos seus trabalhadores acabou sendo honrado sem fazer campanha com mandato de Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, fez um amplo estudo e constatou que os pequenos caroços, o câncer em fase inicial não é detectado com o exame feito através das mãos.

Por outro lado, constatou que existem mamógrafos eficientes em todo Brasil, basta que esses mamógrafos sejam distribuídos de acordo com critérios.

Não faltam mamógrafos, falta exatamente a instalação dos mamógrafos nas Cidades-Polos, nas Cidades onde as pessoas têm acesso, e campanhas para divulgar para a população a necessidade de que esse exame mamográfico deve ser feito.

O que o nosso projeto estabelece é que o exame de mamografia fique acessível, disponível a todas as mulheres do Paraná com idade maior ou igual a 35 anos de idade, na periodicidade recomendada pelo Ministério da Saúde e demais especialidades médicas afins.

O projeto também garante que o exame de mamografia a todos os homens, quando houver orientação de médicos credenciados no Sistema Único de Saúde, possa ser feito, e garante o acesso ao diagnóstico e ao tratamento através do SUS quando isso se fizer necessário.

Esse exame será assegurado às mulheres, independente da idade, quando constatado o problema e atestado pelo profissional médico devidamente credenciado pelo SUS.

Cabe lembrar, Deputado Anibelli, que já existe legislação nacional sobre o tema. Está na hora de a Assembleia Legislativa do Paraná também fazer uma legislação estadual, porque embora haja uma boa vontade da atual gestão da Secretaria da Saúde em relação a este tema, os Secretários passam, os homens ficam, as instituições permanecem, os homens passam, os Secretários passam, as instituições ficam. E nós, no futuro, temos que ter essa legislação muito bem feita, sobre a qual nos debruçarmos durante dias e dias fazendo estudos profundos para que as mulheres do Paraná possam ter garantido esse tratamento e esse exame mamográfico que detecta em fase inicial o câncer de mama.

Queremos que em todas as Cidades-Polos do Paraná exista um aparelho de mamografia à disposição das mulheres mais humildes, pobres, daquelas que não têm a oportunidade de pagar um plano de saúde para garantir a sua saúde preventiva.

Queremos que em trinta e um de dezembro de dois mil e doze todos os municípios com mais de 30 mil habitantes no Estado do Paraná possam ter um equipamento capaz de detectar o câncer de mama na fase inicial.

Como não tenho mais tempo, me resta apenas apelar aos Deputados que se preocupam com as condições de saúde da população paranaense, aos Deputados que querem ver a saúde da população paranaense, aos Deputados que querem ver a saúde da mulher garantida com mais essa lei que foi elaborada contando com a colaboração de todos os Parlamentares da Comissão de Saúde desta Casa, que aprovelem o projeto neste momento e marquem este dia como um dia histórico na luta pela saúde da mulher.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Concedemos a palavra ao Deputado Cleiton Kielse, para encaminhar.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Para Encaminhar**)
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho encaminhar este projeto que não é só louvável, por parte do meu amigo Ney Leprevost, mas venho também como Vice-Líder do Governo, analisando que este projeto é um reforço ao que estamos fazendo no Estado neste momento.

Estivemos quarta-feira passada na Secretaria de Estado da Saúde, aonde presenciamos não só a autorização de mais R\$ 16 milhões para o hospital de Paranaguá e mais R\$ 6 milhões para ampliação da compra dos equipamentos para os 24 hospitais regionais que o Governo do Estado está entregando para a população paranaense.

Montamos uma equipe, junto com o Secretário Gilberto Martin, não só na questão das mamografias do diagnóstico precoce, em parceria também com institutos, como o Erasto Gaertner, aonde o Deputado Ney Leprevost e eu participamos diretamente, dando ênfase à importância dos hospitais que estão identificando preventivamente uma doença que poder ser fatal.

Também estamos buscando nesta parceria, com as novas e futuras mães, agora, um diagnóstico ainda mais precoce dos problemas coronários nas crianças do Estado do Paraná. Uma parceria entre Secretaria de Estado da Saúde, Hospital Pequeno Príncipe, Hospital Costantini e 24 hospitais regionais do nosso Estado, sendo que 16 já estão funcionando. Logo, logo, estaremos entregando em Ponta Grossa, também, junto com o Deputado Marcelo Rangel, Jocelito Canto, Péricles de Mello e tantos outros companheiros, como o Plauto Miró Guimarães, equipamentos que também darão preventivamente atendimento, não só como está sendo direcionado por este projeto, mas por tantos outros projetos que vários companheiros têm apresentado.

Por isso, votarei a favor deste projeto, apesar de ser uma redundância sobre o que está acontecendo no Estado. Nós estamos, hoje, com investimentos da ordem de 216 milhões só nas ampliações e transformações de hospitais regionais, como vamos receber em Campo Mourão novos equipamentos nos próximos dias.

Estamos tendo, realmente, dificuldades para achar médicos a serem contratados pelo Governo do Estado para dar esses diagnósticos. Em alguns casos, o Governo está buscando até a terceirização dos serviços, visto que as regionais, em parceria com os consórcios regionais dos Municípios do estado, temos já 23 consórcios organizados, dentre eles de Umuarama, Paranavaí, Cianorte e tantos outros que se fazem necessários.

Aqui em Curitiba temos algumas nuances que a própria Prefeitura se adiantou, que o Governo deu apoio, que o próprio Hospital do Trabalhador, que antes era o “hospital da morte” e agora é o hospital da vida, está nos dando a satisfação de sermos parceiros não só da comunidade aqui de Curitiba mas de toda a Região Metropolitana.

Por isso, estamos aqui não apenas para reforçar o apoio a este projeto, como tantos outros que os Parlamentares têm apoiado, aprovado, que têm apresentado, mas dizer que estamos entusiasmados. Esta semana tivemos autorização de 163 novos aparelhos de ecografia. O que estes aparelhos vão ter de importância aos Municípios do interior! Serão entregues juntamente com as nossas Clínicas da Mulher e da Criança do interior do Estado. Clínicas que o Governo está construindo numa filosofia preventiva, de retirarmos dos postos de saúde aqueles problemas que são do dia a dia e problemas que podemos preventivamente, coibir e corrigir, antes que venham a se tornar uma doença ou até que venham a trazer a morte da mãe ou da criança.

Por isso, nesse reforço de mais um projeto apresentado nesta Casa, venho, em nome do Governo do Estado, dizer que o Governo está fazendo a sua lição de casa, está apresentando investimentos como nunca apresentou na história deste Estado, reforçando o trabalho do Secretário de Estado da Saúde, dos Prefeitos de todas as microrregiões, sendo que alguns já têm esse tipo de aparelho, como por exemplo a Região Oeste, e em alguns locais da Região Metropolitana nós já temos.

Estamos buscando levar a todos os Municípios, mas trago a reflexão que todos os hospitais regionais criados pelo Governo do Estado nesses últimos seis anos terão aparelhos para termos tratamento preventivo, não só do câncer de mama, mas do câncer de útero e ecografias, que darão o coeficiente de aproveitamento para reduzirmos ainda mais a mortalidade materna e infantil e a mortalidade das mulheres, que muitas sequer fizeram qualquer tipo de exame nas suas vidas.

Com as Clínicas da Mulher, quero só citar um exemplo, em Pinhão, cerca de 25% das mulheres, principalmente as evangélicas, nunca teriam ido a um posto de saúde, sendo que a grande maioria teria tido os seus filhos nas suas próprias residências. E por quê? Talvez por uma filosofia da religião, timidez, a questão da presença do homem traz realmente um distanciamento da mulher do tratamento de saúde. Com as nossas clínicas, principalmente em Pinhão, já tínhamos reduzido em 80% a mortalidade e agora reduzimos ainda mais, para 92% nos últimos dois anos. Já estamos há seis anos, citando o Município de Janiópolis, da região de Campo Mourão, sem nenhuma criança morta na Cidade, isto é, com a mortalidade infantil zero e é isso que nós queremos, também apoiando o projeto do Ney Leprevost e de tantos outros que virão nesta parceria com o Governo do Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está em votação o Projeto nº 505, do Deputado Ney Leprevost. **Aprovado.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/09, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação de imóvel ao Município de Cruzeiro do Oeste. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 001/09, de 03/02/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 002/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 001/09, visa autorizar o Poder Executivo Estadual a efetuar a doação de imóvel situado ao Município de Cruzeiro do Oeste.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. **A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa** e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007) (grifo nosso).

José dos Santos Carvalho Filho leciona que “A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável”.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da Administração Pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público, neste caso no que se refere à Segurança Pública.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar nº 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 002/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Cruzeiro do Oeste.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo à implantação de projetos da Administração Pública Municipal.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 08/04/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso de imóvel no Município de Itati, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 012/09, de 03/03/09, em Mensagens)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 059/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 059/09, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 006/09, objetiva obter autorização legislativa para efetuar a cessão de uso, ao Município de Irati, de área de terras com 31 hectares, delimitada no processo protocolado sob nº 7.060.652-6, inserida em área maior, com 450 alqueires, na localidade denominada Fazenda Floresta, Serra dos Pedrosos, Fazenda Imbituvinha, Município de Teixeira Soares, conforme Registro nº 4750, do Registro de Imóveis da Comarca de Teixeira Soares, para a implantação de aeródromo.

Inicialmente, cumpre destacar que a Constituição Estadual, em seu artigo 10, dispõe sobre os casos em que os bens imóveis do Estado poderão ser objeto de utilização gratuita:

“Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de decoração ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.”

Desta feita, tendo-se em contra tratar-se de cessão a um Município do Estado do Paraná, resta clara a constitucionalidade da iniciativa do projeto em questão.

Outrossim, quanto à iniciativa, observe-se que a cessão de bem imóvel não está entre os casos elencados pela Constituição como de iniciativa privativa de algum dos Poderes constituídos, sendo, portanto, aplicável o que preconiza o artigo 65 da Constituição Estadual.

“Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.”

Por fim, quanto à técnica legislativa, releva notar que o presente projeto está de acordo com o que preceitua a Lei Complementar nº 095/98.

Face ao exposto, esta Comissão manifesta-se pela aprovação do projeto de lei ora analisado.

Sala das Comissões, em 09/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 059/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, que visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel situado no Município de Irati.

A matéria já recebeu parecer favorável da d. Com. Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a implantação do aeródromo municipal.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 09/04/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1615, de autoria do Deputado Ademar Traiano, com apoio dos Deputados Duílio Genari, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Stephanes Júnior e Douglas Fabrício, constante do expediente. Em discussão.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1592, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (**A matéria acha-se publicada no final desta ata**).

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, a Liderança do PMDB e a Liderança do Governo encaminham favoravelmente para a aprovação desse requerimento.

E já aproveito para a aprovação também do requerimento que vem em seguida.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Requerimentos nºs 1608 e 1610, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1588 e 1589, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1584 a 1587, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1591, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1594, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1598, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1599 e 1600, de autoria do Deputado Teruo Kato, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1604 e 1605, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1607, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (**A matéria acha-se publicada no final desta ata**).

Requerimento nº 1614, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1616, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1617, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin e dos Deputados Duílio Genari, Ribas Carli Filho, Pedro Ivo e Artagão Júnior, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

Só para registrar a ausência nesta Sessão do Deputado Elio Rusch, que se encontra cuidando da sua saúde.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

E do Deputado Litro, com licença médica por um acidente doméstico. Essa Presidência lembra os Srs. Deputados que a Sessão de quinta-feira será antecipada para amanhã logo após a Sessão Ordinária.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n°s 003 e 004/09.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 223, 489/08 e 041/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 505/08, 002 e 059/09.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ ACCORSI, EM SESSÃO DO DIA 14 DE ABRIL DE 2009.

Hepatite Epidemia B

Revista Bem Público
Por Carlos Varaldo

Temos um grave problema de Saúde Pública por um mal que assola de forma crônica 350 milhões de pessoas no mundo, 2 milhões de brasileiros, segundo a Organização Mundial de Saúde: a hepatite B. A doença já virou epidemia e se alastra com uma rapidez impressionante, sendo considerada atualmente uma das maiores viremias crônicas da humanidade. Seus números se tornaram tão expressivos quanto o desconhecimento em relação à doença, pois a maioria das pessoas nem sabe que está infectada.

Assim como o HIV/AIDS, a hepatite B é uma doença sexualmente transmissível, entretanto seu vírus chega a ser 100 vezes mais infeccioso do que o da AIDS e o número de infectados no mundo oito vezes maior em relação à AIDS. A falta de conhecimento sobre a hepatite B e o aparente desinteresse das autoridades em relação à doença resultam em dados alarmantes: apenas um em cada 800 infectados recebe tratamento no Brasil pelo SUS, enquanto a relação para o HPV é de um em cada três infectados.

Por isso, todos os anos, pessoas morrem em função do comprometimento do fígado causado pelo vírus da hepatite B, essa doença silenciosa que pode levar a quadros crônicos, ao desenvolvimento de cirrose ou câncer. A doença é definida como uma inflamação do fígado causada pela infecção com vírus da hepatite B (HBV), cujo material genético é constituído por DNA.

A boa notícia é que os avanços da Medicina e das pesquisas científicas têm proporcionado um verdadeiro arsenal de medicamentos aprovados no Brasil pela ANVISA para o tratamento da hepatite B, possibilitando o

controle efetivo dos pacientes e evitando a progressão da doença a um custo relativamente baixo, menor que o tratamento da AIDS. No entanto, inexplicavelmente, esses medicamentos não são fornecidos pelo SUS para tratamento dos pacientes que dependem do sistema público.

O protocolo que regula o tratamento da hepatite B no SUS é do ano 2002, portanto baseado em estudos até 2001 e defasado de todas as últimas inovações científicas. Em novembro, o protocolo completou seis anos com a utilização dos medicamentos disponíveis naquela época, ou seja, no final do século passado. Desde o último protocolo, novos medicamentos revolucionaram a resposta terapêutica para a doença, apresentando excelentes resultados, infelizmente indisponíveis na rede pública, que ainda conta basicamente com a Lamivudina, um medicamento mais antigo, que gera resistência viral em 70% dos pacientes, de acordo com os mais recentes estudos científicos.

Tal como na AIDS, o vírus da hepatite B é mutante, apresentando a característica de criar resistência aos medicamentos. A detecção desta mutação só é possível por meio do controle trimestral de carga viral. O crescimento desta carga significa que o vírus está criando resistência, sendo fundamental a mudança imediata para outra opção terapêutica. Do contrário, a transmissão da hepatite B torna-se ainda mais grave, por conta de ser um vírus diferenciado e resistente a diversos medicamentos.

O Brasil passa então à condição de criador de cepas do vírus, ou seja, de disseminador e vírus resistentes às mais recentes opções de medicamentos. Isso significa que o País poderá, num futuro bem próximo, desenvolver e disseminar um tipo de hepatite B que nenhum medicamento conseguirá controlar. É desalentador observar que a vontade política existente para a epidemia da AIDS não seja a mesma relação à hepatite B.

Em comparação com a AIDS, a hepatite B possui formas de prevenção e tratamento muito mais efetivos. Além da iminente necessidade de alteração do protocolo e disponibilização dos mais modernos medicamentos para a hepatite B, que conseguem um excelente controle da doença, é previsto que o Governo dê mais atenção à disseminação de informações sobre a hepatite e campanhas de vacinação.

A vacina para evitar a contaminação com a hepatite B é altamente eficaz e fabricada no Brasil nos laboratórios oficiais a um custo bastante viável, podendo ser encontrada gratuitamente em todos os postos de saúde para pessoas de até 19 anos de idade. Entretanto, a cobertura vacinal é muito deficiente devido à inexistência de campanhas nacionais. Percebemos que não há por parte do Ministro da Saúde esforços em divulgar a disponibilidade da vacina, uma situação que não encontra explicação entre os especialistas.

É incompreensível que os programas nacionais ligados à AIDS e à hepatite B não estejam de alguma maneira conectados, já que as formas de contágio são as mesmas e que o infectologista que trata HIV/AIDS está

capacitado a tratar a hepatite B, motivo pelo qual as duas doenças deveriam estar juntas no mesmo programa de prevenção e tratamento.

Desde a sua criação, em fevereiro de 2002, o Programa Nacional de Hepatites Virais, que é ligado ao Ministério da Saúde, tem por objetivo estabelecer diretrizes ao SUS para identificar as hepatites virais. Entre as prioridades deste programa deveria estar a atualização desta lista de medicamentos aos pacientes atendidos pelo SUS. Esta atualização deve contemplar os medicamentos já aprovados pela ANVISA e comercializados no Brasil nos últimos seis anos.

Pior ainda, na página do Ministério da Saúde, na relação de doenças sexualmente transmissíveis do Programa DST/AIDS, são fornecidas informações sobre 15 DSTs, mas a hepatite B nem sequer é citada. Por que censurar informações sobre a doença à população? Assim como a falta de conhecimento e de vontade política, a epidemia se alastra de forma avassaladora, ganhando o triste status de epidemia do futuro.

Carlos Varaldo é Presidente do Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ADEMIR BIER, EM SESSÃO DO DIA 14 DE ABRIL DE 2009.

1º Fórum Regional sobre Segurança Pública dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

Carta de Marechal Cândido Rondon

O 1º Fórum Regional sobre Segurança Pública dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, realizado aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e nove, na Cidade de Marechal Cândido Rondon, promovido pelo Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros do Lago de Itaipu, sob a presidência do Sr. Moacir Luiz Froehlich, também Prefeito deste Município, com o apoio dos Municípios que o integram, reuniu diversas autoridades, além dos Prefeitos e Vereadores dos Municípios que integram o Conselho, representantes de outros Municípios da Região Oeste do Paraná, o Vice-Governador do Estado do Paraná Orlando Pessuti, Deputado Federal André Luiz Vargas Ilário, Deputados Estaduais Ademir Bier e Duílio Genari, Bispo Dom Mauro Morelli, representando a Itaipu Binacional o Sr. Coronel Adair Luiz Pereira, integrantes de Conselhos Municipais de Segurança, Antidrogas e Tutelar, representantes de Guardas Municipais, PROERD, Igrejas, associações comunitárias, associações comerciais, Câmaras Júnior, Lojas Maçônicas, clubes de serviço - Lions, Rotarys, Rotaracts, universidades - professores e alunos, APMFs, escolas públicas e particulares, delegados de Polícia Civil, Juízes de Direito, promotores de justiça, Comando da Polícia Militar e da Polícia Rodoviária, representantes da Ordem

dos Advogados do Brasil e demais representantes da sociedade organizada, para debater o tema “Alternativas para oferecer maior segurança a população”, o que ocorreu através das palestras intituladas “Qual a responsabilidade da sociedade na Segurança Pública, proferida jornalista do Movimento VIVA RIO, c; “PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Por um Brasil mais seguro e cidadão”, proferida por Benjamim Zanlorenzi Junior, Coordenador Estadual do Paraná, da Secretária Executiva do PRONASCI, do Ministério da Justiça; e “Ações do Estado para ampliar e proporcionar a segurança da população”, proferida pelo Dr. José Carlos Calazane, delegado-chefe da Polícia Federal de Foz do Iguaçu e pelo Major Péricles de Matos, Comandante da PM - Regional de Toledo, pela apresentação da Campanha da Fraternidade 2009, cujo lema é “A paz é fruto da Justiça”, realizada pelo Padre Edivaldo Donato Bernardo, da Diocese de Foz do Iguaçu; pela participação da comunidade por meio da realização de 06 (seis) oficinas setoriais e da manifestação na tribuna popular, que após longos debates e discussões no decorrer do dia, em síntese, assim concluíram apontando os principais problemas, as causas e as possíveis soluções que visem maior segurança à população:

Principais problemas: contrabando, tráfico de drogas e armas; aceitação da comunidade com esses crimes; impunidade, desestruturação familiar e das instituições, violência no trânsito e envolvimento de autoridades em crimes diversos, gerando medo na população ao invés de respeito e confiança; falta de investimento na educação dos jovens; banalização do crime, dependência química de jovens e adolescentes, impunidade do menor amparada pelo ECA; falta de ocupação ao adolescente.

Causas: inversão e/ou ausência dos valores morais, religiosos dando causa à uma séria desestruturação familiar e, ainda, o total desinteresse dos pais pela educação de seus filhos, transferindo tal responsabilidade para a escola. A falência das instituições públicas, principalmente dos Municípios, reflete na ausência de recursos para investimentos nas políticas públicas de Saúde, Educação e Assistência Social, afetando, ainda o combate à criminalidade e gerando desigualdade social.

O fato de ainda não ter havido uma eficiente e justa reforma tributária acaba por gerar altas cargas tributárias e incentiva a busca por produtos contrabandeados. Ainda temos o desemprego, gerado, principalmente, pela falta de indústrias que consumam a matéria-prima existente na região e pela forte falta de indústrias que consumam a matéria-prima existente na região e pela forte carência de cursos profissionalizantes e capacitação profissional que resultam na baixa renda da população lindeira, a qual busca meios alternativos de subsistência, sendo um deles a marginalidade. E é aí que o contrabando e o tráfico na fronteira se mostram bons atrativos, verdadeiras oportunidades de trabalho e renda fácil, principalmente para os jovens, que, ante a ausência de expectativas e ocupação e a inimizabilidade penal, se tornam presas fáceis para aliciamento pelos traficantes e outros criminosos.

Outros fatores importantes são: a banalização do crime, principalmente pelos meios de comunicação; a corrupção e a negligência de órgãos fiscalizadores; o alto índice de usuários de drogas (influenciado pela localização geográfica em que se encontra a região, qual seja, fronteira com o Paraguai, tanto pelo lago da Itaipu, como por divisa seca em Mundo Novo) e a facilitação ao uso de bebidas alcoólicas, permitida pela própria sociedade; legislação penal ultrapassada; a idéia de que prevalecem somente os direitos e não os deveres; a tolerância da sociedade em relação ao contrabando, não só em razão do “emprego” ofertado, como pela ideia de que sonegação tributária seria normal; e a falta de efetivo qualificado e devidamente instrumentalizado para repressão permanente.

Possíveis soluções: prevenção, principalmente através da mobilização da sociedade, na busca e resgate de valores éticos, morais e religiosos; ações conjuntas entre Brasil, Paraguai e Argentina; investimentos em políticas públicas de inclusão e cidadania; empenho, integração e mobilização da sociedade: melhoria da estrutura e das condições dos setores de Segurança; criação de condições para uma municipalização de setores da Segurança Pública; fiscalização de Polícia; combate a impunidade, ações continuadas para combate ao crime; capacitação profissional; política de geração de emprego; comprometimento das famílias em relação aos direitos e deveres; melhor integração entre instituições religiosas e núcleo familiares; maior fiscalização direcionada aos sítios da internet e demais meios de comunicação, dando efetividade ao princípio constitucional de que os meios de comunicação social devem respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família; maior integração entre a sociedade e as instituições policiais; escola em tempo integral até o ensino médio; maior oferta de cursos técnicos profissionalizantes; maior acompanhamento da família na educação do aluno e nas decisões das escolas, aumento do quadro de profissionais qualificados em Educação, para a permanência continuada da qualidade do ensino; reforma das leis tributárias e trabalhistas; presença maior da Polícia e Juízes Federais nos Municípios limítrofes; maior rotatividade do pessoal responsável pelo policiamento e fiscalização na fronteira de forma a evitar a intimidade entre policiais e maus cidadãos; patrulhamento repressivo e permanente por parte das forças militares em toda região da fronteira e lago de Itaipu; criação e instalação de postos da Polícia Federal nas bases náuticas desativadas; gestão junto a Itaipu Binacional para contribuição no aparelhamento da Polícia no lago de Itaipu; valorização dos profissionais em Segurança Pública e em sua educação (formação, capacitação, remuneração e condições de trabalho); gestão de mudança legislativa ou regulamentar para que o resultado obtido com os leilões de produtos oriundos de descaminho e contrabando sejam

revertidos ao combate a este tipo de crime; incentivar a denúncia por parte da comunidade através de campanhas educativas, disponibilizando os meios; mais rigor na aplicação da lei e a implantação da obrigatoriedade de atividades laborativas pelos detentos e aprimoramento do sistema prisional; mais investimentos e maior estrutura para os órgãos fiscalizadores e de policiamento; apoio e investimentos nos quadros efetivos do PRONASE - Programa Nacional de Segurança na região; criação e/ou implementação efetiva de programas sociais contendo projetos ocupacionais direcionados aos jovens, através de estágios remunerados, cursos profissionalizantes e oficinas (extra-curriculares); incentivar a interação dos conselhos municipais; diminuir a maioridade penal; implantar o PROERD em todos os níveis educacionais; a promoção de novos fóruns destinados a discutir e buscar soluções para os problemas de Segurança Pública da região limítrofe.

Considerações finais

Do quanto emergiu do presente fórum, é de se acrescentar, ainda, que está provado cientificamente que a desordem e a criminalidade, mesmo consubstanciada em pequenos delitos e contravenções, podem, aos poucos, infiltrar-se na comunidade, causando a sua decadência, o afastamento do Estado, o desrespeito às autoridades legalmente constituídas, o descrédito das lideranças políticas, com o consequente aparecimento do crime organizado, que ceifa vidas, prejudica a economia e faz desaparecer a qualidade de vida de nossa população.

Cumpramos ressaltar que o conteúdo desta carta não é um simples reclamo da população limítrofe ao lago de Itaipu, mas sim o desejo de que sejam cumpridas as garantias constitucionais dispostas nos artigos 5º e 6º da Lei Maior.

E mais, que o Conselho de Defesa Nacional cumpra com o disposto no artigo 91 da Constituição Federal, principalmente com o teor do inciso III, entendendo realmente a faixa de fronteira como indispensável à segurança do território nacional, assim como o Estado cumpra com o dever de promoção da Segurança Pública aos seus cidadãos, conforme esculpido no artigo 144, também na Constituição Federal.

Acreditando que o presente fórum retrata, de forma simples e objetiva, não só o que a população limítrofe ao lago de Itaipu considera como os maiores problemas por si enfrentados, ou suas causas, mas principalmente os seus anseios, é que se dirige a presente carta às autoridades competentes, como forma de apelo, com o singelo objetivo de que o Poder Público busque proporcionar ao seu povo o quanto já lhe é garantido na Constituição Federal da República, notadamente no que se refere à segurança e ao bem-estar coletivo.

Assinam a presente carta as autoridades presentes ao final do 1º Fórum Regional sobre Segurança Pública

dos Municípios Lindeiros ao Lago do Itaipu, representando as demais autoridades, assim como os representantes de entidades e cidadãos que por este evento passaram e colaboram.

Marechal Cândido Rondon/PR, em 26/03/09.

(aa) MOACIR LUIZ FROELICH, CARLOS ROBERTO DA SILVA COSTA, BENJAMIM ZANLORENCI JUNIOR, DR. JOSÉ CARLOS CALAZANE, MAJOR PÉRICLES DE MATOS, DR. CELSO GUIARD THAUMATURGO, DR. PEDRO LUIZ FONTANA RIBEIRO, DR. CLAIRTON MÁRIO SPINASSI, DR. MARCOS CRISTIANO ANDRADE E DR. ITAMAR DAL'AGNOL.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0455/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2254, datado de 10/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a JOSÉ ALMIR DA LUZ, matrícula nº 40142, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, nível NTC-04, com lotação no Setor de Patrimônio, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 06 (seis) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/07. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência do seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/03/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0456/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2359, datado de 10/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a MARLENE APARECIDA DO VALE, matrícula nº 40018, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do

cargo de Agente de Saúde, nível NUD-04, com lotação na Coordenadoria de Serviço Médico, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência do seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/03/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0457/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2236, datado de 09/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ADEMIR ALVES DUARTE, matrícula nº 40141, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Segurança, nível NBA-08, com lotação na Coordenadoria de Segurança, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 e 22/12/02. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência do seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/03/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0459/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2038, datado de 04/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ADENIR CARLOS CORDEIRO, matrícula nº 40426, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Segurança, nível NBA-06, com lotação na Coordenadoria de Segurança, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pes-

soal, apresentando anuência do seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/03/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0486/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1725, datado de 19/02/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a SERGIO OSTROSKI, matrícula nº 40375, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de motorista, nível NBA-02, com lotação no Gabinete do Deputado Estadual Ademar Traiano, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 e 22/12/02. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência do seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30/03/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0488/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4026, datado de 30/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MURILO CLEVE MACHADO, matrícula 40843, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, a partir de 31/03/09.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/03/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0490/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3619, datado de 24/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ADENIR NEVES ROCHA, matrícula nº 40235, funcionária estável do Quadro de Pessoal da

Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de técnico em contabilidade, nível NTC-03, com lotação na Coordenadoria de Serviço Odontológico, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência do seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/03/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0491/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3071, datado de 19/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a JOSÉ ESTEVÃO DOS SANTOS, matrícula nº 40733, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de carpinteiro, nível NBA-02, com lotação no Setor de Engenharia, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência do seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0492/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5605, datado de 06/06/07, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 1505/07, publicado no Diário da Assembleia nº 077/07, a fim de que onde se lê: “seis (06) meses de licença especial, leia-se: (03) três meses de licença especial”.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0590/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4010, datado de 30/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a FATIMA PIAZENTINI ROLIM ROOS, matrícula nº 40495, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Revisor, nível NUD-03, com lotação na Coordenadoria da Gráfica, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 e 22/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência do seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0591/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4024, datado de 30/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a AIRTON CESAR SANTIN, matrícula nº 182, funcionário estatutário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Taquígrafo, nível NUD-06, com lotação na Coordenadoria de Taquigrafia, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 01/03/04 e 01/03/09. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência do seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0592/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4034, datado de 30/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ANTONIO MARCOS PIZZANO, matrícula nº 40200, funcionário estável do Quadro de Pessoal da

Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de técnico em contabilidade, nível NTC-04, com lotação na Coordenadoria de Almoxarifado, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 e 21/12/07. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência do seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0680/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando o infausto passamento do Sr. Wilson Figueiredo Fortes, acontecimento que enlutou toda a família paranaense,

Considerando que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irreparável carreira de homem público do Sr. Wilson Figueiredo Fortes, que exerceu o mandato de Deputado Estadual durante a 6ª Legislatura (1967/70), 7ª Legislatura (1971/74), 8ª Legislatura (1975/78), 9ª Legislatura (1979/82) e 10ª Legislatura (1983/86), com um trabalho sempre voltado para atender as mais justas reivindicações do povo paranaense. O Deputado Wilson Fortes exerceu, com brilhantismo, a Presidência da Assembleia Legislativa a 1ª e 2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura (1971/72).

R E S O L V E :

decretar luto oficial de três (03) dias, como expressão de pesar pelo falecimento do Sr. Wilson Figueiredo Lopes.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13/04/09.

(aa) ANTONIO ANIBELLI -
Presidente, em exercício
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
VALDIR ROSSONI - 2º Secretário

Diretoria Geral***Portarias***

PORTARIA Nº 082/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4218, datado de 01/04/09, deste poder,

R E S O L V E :

conceder licença maternidade à servidora deste Poder Legislativo CELIA REGINA DE LIMA, matrícula nº

4760, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 18/03/09 com término em 16/07/09, CID. 10 O.80.0.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06/04/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 083/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4305, datado de 03/04/09, deste poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo GILCELENE SMOKOWICZ, matrícula nº 40473, de 60 (sessenta) dias, a partir de 01/04/09 com término em 30/05/09, CID. 10 S 52.1.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06/04/09.

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 085/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3418, datado de 24/03/09, deste poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição da Prefeitura do Município de Curitiba, Estado do Paraná, o funcionário deste Poder Legislativo, MARCOS ANTONIO MAINARDES, matrícula nº 8498, para ocupar o cargo de Diretor do Departamento Rodoviário do Município, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24/04/09.

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 086/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3419, datado de 24/03/09, deste poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição da Prefeitura do Município de Curitiba, Estado do Paraná, a funcionária deste Poder Legislativo, WAGNER APARECIDA MAINARDES, matrícula nº 8499, para exercer cargo de Assessoramento no DETRAN, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24/04/09.

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral